



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 13

Sessão ordinária de Junho

3.ª Reunião de 06-07-1998

Aos seis dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa. Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, João Pedro Simões Dias e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Manuel Simões Madaíl e Joaquim dos Santos Abreu, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia um “Período de Antes da Ordem do Dia”, solicitado por dois membros da Assembleia, um da bancada do PSD e outro da bancada do PP, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor e duas abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente, Caros Companheiros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores.

Pedi a palavra para vos apresentar uma proposta de voto congratulatório.

Proposta de Voto Congratulatório

Estão a decorrer as comemorações dos 500 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, pois que a mesma terá sido erecta em 1498 “embora se não

conheçam documentos que o certifiquem”.

Existe, contudo, essa profunda convicção, testemunhada em referências escritas, quando as principais vilas e cidades responderam ao apelo do Rei D. Manuel, nesse sentido “/.../ Apesar das vicissitudes do tempo, a Misericórdia de Aveiro, mantém um valioso património histórico e artístico que bem traduz a dedicação de gerações de Aveirenses fiéis ao espírito das “obras de misericórdia” que a fez nascer. E neste sentido, continua a desenvolver um vasto programa de solidariedade social e do bem fazer, salientando-se, no presente, entre as suas valências, o Centro Social da Moita /.../”.

Tudo isto como muito bem refere o provedor da Santa Casa e historiador, mestre Dr. Amaro Neves, no respectivo programa das comemorações.

Entendo que esta Assembleia Municipal se deve associar às celebrações, exarando voto congratulatório que, da forma mais adequada, deve ser transmitido à ilustre mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

É quanto tenho a honra de submeter à deliberação dos membros desta Assembleia Municipal.»

Presidente da Mesa:

“O texto é muito claro e os pressupostos são claros. A este propósito queria informar a Assembleia, que recebi um convite que aceitei para estar presente num jantar, entre outros actos, que comemorou estes 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Essa minha ida representativa, é evidente, significa o apreço que eu tenho pelo trabalho da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, pela sua já longa antiguidade e estive em representação desta casa e, portanto, haveria alguma incoerência se este voto não fosse aprovado. De todo modo, regras são regras e só perei à votação este voto se não houver objecção.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a admissão da proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Colocada à discussão intervieram os seguintes vogais.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Tão breve apenas para subscrever na íntegra o voto congratulatório apresentado pelo Sr. Gaspar Albino, saudando também em nome da bancada, que se traduzirá, estou certo, no voto unanime desta Assembleia numa saudação efusiva a tão meritória instituição. E, permitia-me apenas salientar a enorme satisfação que tive pessoalmente, em ver aliar-se às comemorações dos 500 anos da Misericórdia de Aveiro, o Sr. Secretário de Estado do Emprego Dr. Paulo Pedroso, conhecido aveirense e a quem neste voto, pretendia também saudar.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, Caros Companheiros, boa tarde. Obviamente, a bancada do PSD subscreve inteiramente a proposta do Sr. Gaspar Albino. E devo dizer que acompanhei as cerimónias com muita satisfação nomeadamente, a inauguração do lar da Misericórdia da Moita, em Oliveirinha. Por acaso omitem sempre Oliveirinha, mas não é intencional, com certeza. Estar-nos-íamos a preparar Sr. Presidente, nessa cerimónia, para receber condignamente como é apanágio das gentes de Oliveirinha. Estar-nos-íamos a preparar para receber engalanadamente o Sr. Primeiro Ministro para essa cerimónia, esperávamos isso. Sem desprimor para o Sr. Secretário de Estado,

que é um homem que fiquei a admirar pela sua simpatia, pelos seus conhecimentos das funções que desempenha, pela atenção que dedicou às questões que lhe pusemos. Mas sinceramente, outro seria o impacto se o Sr. Primeiro Ministro ali se tivesse deslocado para fazer a inauguração. Promessa que fez e não cumpriu. Gostaríamos de demonstrar que sabemos receber tão bem o Primeiro Ministro deste país, seja ele do partido A ou B ou C.”

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a proposta de um voto congratulatório das comemorações dos 500 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Presidente da Mesa:

“Está cumprida a formalidade, não me parece pertinente tecer mais considerações. Era interessante tecer considerações sobre o papel (algumas) das misericórdias, sobre os altos e baixos das misericórdias, sobre a circunstância de as misericórdias estarem actualmente confinadas na Europa a poucos países, terem extravasado a Europa por influência portuguesa, nomeadamente para o Brasil. Em Aveiro tem o papel especial, que é este, de unir e rejeitar algum individualismo que é interessante defeito nosso, dos Aveirenses.

E o papel das ONG (organizações não governamentais) reconhecido pela União Europeia, como decisivo para uma nova Europa que se quer construir, não seja uma Europa meramente financeira ou simplesmente económica, mas seja além da Europa das Nações, também a Europa dos cidadãos. Daí que, a nova linha política da União Europeia seja de dar realce, evidência, protecção e apoio às ONG. As Misericórdias além de outras características são uma ONG. Daí que, seja uma forma de integração Europeia o desenvolvimento e o apoio da Misericórdia de Aveiro.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Na Sexta-feira, foi recebido na Associação Comercial de Aveiro e penso que na Câmara Municipal de Aveiro, um fax da Direcção Geral de Comércio a pedir observações quanto ao facto de uma instalação mega-superfície no “Fórum Aveiro”. Gostaria de saber qual é a posição da Câmara e como é que se pode enquadrar o aparecimento de uma superfície destas (vulgo hipermercado) no centro da cidade, quando ao mesmo tempo está decorrer um programa de revitalização e de modernização do nosso comércio no centro da cidade? Eu digo isto, não estando contra os hipermercados, aliás eu sou defensor (e já o disse aqui nesta Assembleia) à vinda dos hipermercados, pela concorrência que os hipermercados poderão trazer e pelos benefícios que poderão trazer aos consumidores. Agora, parece-me é que andarmos a financiar e ao mesmo tempo andarmos a destruir o financiamento que estamos a ter; parece-me inconsequente. Porque não podemos admitir, que haja uma instalação de uma superfície destas e por lado haver um programa de reabilitação do comércio. Para já ficava por aqui. Portanto, questionava a Câmara para saber se tem posição sobre este assunto.”

Entretanto entraram na sala os vogais Victor Manuel da Silva Martins e Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal António Salavessa:

“Não combinei nada com o Sr. Manuel Coimbra, mas o meu apontamento começa

exactamente assim: A Associação Comercial de Aveiro recebeu na passada Sexta-feira, via fax, da Direcção Geral de Comércio, em que este departamento do Governo solicita à Associação um parecer acerca da instalação de uma unidade comercial de dimensão relevante no empreendimento do Côjo. Este pedido, foi formulado pela empresa Modelo-Continente de Belmiro de Azevedo, visa a instalação de uma loja de artigos de desporto com uma dimensão de 1.100 m².

Primeiro que tudo uma dúvida, será que o interesse de Belmiro de Azevedo é mesmo o de fazer apenas uma loja de artigos para desporto, de uma dimensão tal, que a concretizar-se representaria um elemento de forte ataque a este tipo de comércio ou será que estamos porventura perante um caminho ínvio que a SONAE venha a percorrer para alterar a curto ou médio prazo o objecto que agora se propõe de licenciamento, para surgir ali o ramo que é tradicional, isto é, o ramo alimentar? Isto quando já foram licenciadas para Aveiro, além do que já existe, mais duas grandes superfícies como é sabido foram já licenciadas (o Carrefour e o Jumbo) respectivamente na Casal e nas Glicínias.

Em segundo lugar, a perplexidade de se avançar com um investimento deste tipo, quando se está a implantar o programa PROCOM. Portanto, se não será estar a deitar dinheiro ao ar, quando ao mesmo tempo se autoriza instalações com esta dimensão no centro da cidade. Ainda com a agravante da legislação em vigor exigir cuidados especiais com novos licenciamentos, que sejam pedidos por empresas que sejam detentoras de posições dominantes no país. Ora, este é o caso da firma Modelo-Continente de Belmiro de Azevedo.

Em terceiro lugar, a certeza cada vez maior de que o empreendimento do Côjo tenderá a elevar a um nível incomportável em determinados períodos as pressões sobre o centro da cidade.

Em quarto lugar, a mesma pergunta. A Câmara foi ou não ouvida e qual é a opinião que tem a este respeito? Por meu lado manifesto a opinião de que a Assembleia pelo menos do ponto de vista informal, se não se caminhar noutra sentido, deveria fazer chegar à Direcção Geral do Comércio alguma palavra a este respeito.”

Presidente da Mesa:

“Sobre a deliberação deste colectivo, vamos ver das respostas. Não sei se terá oportunidade, pertinência. Não rejeito, mas também não apoio sem ouvir pelo menos o que a câmara terá a dizer.”

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado. Eu queria desde já esclarecer que a Câmara não recebeu qualquer carta da Direcção Geral de Comércio, pode ter sido enviada, não me chegou às mãos, mas que eu tenha conhecimento não chegou qualquer carta a este respeito.

Em todo caso eu acho que, se estiver em vias de ser instalada uma grande superfície de carácter desportivo e não um hipermercado como parecia estar entendido, eu penso que isso não tem nada de inconsequente com existência do PROCOM, é exactamente o contrário salvo melhor opinião. O PROCOM apareceu e tem estado a ser desenvolvido, justamente, para minorar os efeitos das instalações das grandes superfícies. Foi para isso que ele apareceu, foi para revitalizar o comércio local de forma que a coexistência com as grandes superfícies possa ser feita. Portanto, não há nada de inconsequente, bem pelo contrário. Neste momento com franqueza não tenho mais informações para dar.”

Presidente da Mesa:

“Muito Obrigado. As bancadas representadas na Assembleia se quiserem prenunciarem ainda, fá-lo-ão. Quanto a tomar uma posição colectiva sobre isto penso que é um bocado prematura, na medida em que não tenho a certeza das situações e não sei, quando a Câmara ainda não recebeu nada, se podemos nós tomar conhecimento disso. De qualquer modo, esta Assembleia é formada por quatro forças políticas e poderá até uma intervenção sobre o tema constituir algum ponto de vista ou alguma orientação, que a Câmara possa e deva ponderar. A intervenção do Sr. António Salavessa foi já doutrinária, a intervenção do deputado Manuel Coimbra nem tanto. De qualquer maneira vamos desenvolver o tema mais um pouco.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Só um comentário ao que o Sr. Presidente da Câmara acaba de afirmar. Primeiro, não acredito que não esteja na Câmara um fax igual a este! Duvido que a Direcção Geral de Comércio e Concorrência mandasse um fax para a Associação Comercial e não mandasse para a Câmara. O que quer dizer que se calhar está na Câmara, os mecanismos de comunicação internos é que parece que não estão a funcionar lá muito bem, mas se calhar ao tempo (ainda só passaram seis meses), vão funcionar melhor. Gostaria só de dizer outra coisa. É verdade que diz aqui que vai ser uma “Sportzone” e isto quer dizer que equipamentos de Sport, que nós nem sabemos muito bem o que é, pode ser para além das sapatilhas e do equipamento e das bolas, poderá ser também bolas de praia porque os desportistas também vão à praia e os desportistas também se calçam e também se vestem e como também comem batatas e comem cebolas e a certa altura podemos ter camuflado um hipermercado. E não é novidade que estas coisas possam, ocorrer em Aveiro.

Quando diz que não tem nada a ver com o PROCOM, alto lá. Quando se idealizou o PROCOM, idealizou-se com uma determinada realidade social. Pensou-se num Aveiro Fórum com pequenas lojas, que iriam ser lojas semelhantes àquelas e à semelhança daquelas que nós queríamos construir no comércio tradicional. Podia servir para as pessoas verem, é assim que se faz. Uma mega Sport funciona de outra maneira, tem outro género de filosofia por detrás daquilo que está a comercializar e é um pressuposto que não estava quando foi iniciado o programa PROCOM. Quer dizer, antes de implementar o PROCOM, já lhe estamos a alterar as regras. E penso, assim estamos a viciar o jogo. Assim, pode haver muita gente que vai dizer: eu não jogo porque vocês são batoteiros. E acho, que não podem acusar a Câmara de ser batoteira quanto a este assunto e mais, o impacto que poderá trazer um empreendimento destes no centro da cidade. É claro que todos queremos trazer gente ao centro da cidade e que o centro da cidade seja um centro metropolitano, mas não estamos preparados para isso, já falámos várias vezes. Começando pela questão do trânsito. Uma questão tão simples como o trânsito, nem sequer está regularizado para o fluxo comercial que nós temos hoje quanto mais no futuro. Portanto, vamos planejar as coisas com antecedência e vamos num caso destes dizer: Aveiro não planeou o seu centro para ter uma mega-superfície, Aveiro está a planejar ter megas-superfícies é na sua periferia. Que não é tão periferia quanto isso, porque a N109 não é periferia. Mas há uma zona onde estamos a colocar este género de equipamento, vamos incentivar este género de estruturas para ali e como o Sr. Salavessa, estou absolutamente contra a construção ou a instalação de uma superfície destas, mesmo que seja desportiva, no centro de Aveiro. E auscultando os meus companheiros de Partido, é opinião do PSD.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Luís Miguel Capão Filipe e Rogério Mário Madaíl da Silva.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Sobre este assunto, em termos extremamente breves, eu devo dizer que estou um bocado à vontade porque eu não aprovei aquele empreendimento, já lá estava prevista a grande superfície. De todo modo, já agora para emitir também a minha opinião pessoal acerca do debate de eventualmente o Eng. Belmiro de Azevedo vir a investir em Aveiro num comércio específico, parece-me isso, contrariamente há opinião do orador anterior, extremamente importante. Não tenho dúvidas sobre o facto, de ter de haver algum cuidado sobre o impacto em matéria de trânsito e na altura, foi até uma das coisas que me fez faltar à Assembleia, foi efectivamente ver que isso não estava a ser estudado pelo CDS anteriormente, mas entendo que é extremamente importante. Eu já agora, se me permitem, às vezes as experiências pessoais também vale a pena ouvi-las, eu moro num sítio onde me é permitido ver aquela coisa do “Fabio Lucci”, pessoalmente nunca lá fui, mas é espantosa a quantidade de pessoas que traz a Aveiro, com efectivos problemas de trânsito sem dúvida. Mas, se for possível trazer tanta gente ao centro de Aveiro, como é com aquele empreendimento que ali está, sem dúvida nenhuma que o comércio local lucraria bem mais do que com qualquer PROCOM. Quanto ao mais, não me compete a mim defender a honra de ninguém, mas parecia-me cordial, que no mínimo quando um Presidente da Câmara, há semelhança do que aqui acontecia anteriormente, diz não recebi, não tenho conhecimento pessoal, pelo menos que fosse feita fé nisso. Se é para levantar a dúvida sobre a honra da pessoa, então que seja de alto a baixo. Afirmações gratuitas é indelicado.”

Presidente da Mesa:

“Não. Penso que não houve aqui nenhuma desconfiança sobre a Câmara. A Câmara diz que não recebeu, não recebeu mesmo. Houve foi alguma suspeição sobre a fluidez dos canais burocráticos municipais.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Isto para mim é muito simples. O “Fórum Aveiro” é um investimento privado e também sabemos que num investimento privado eu construo e vendo a quem quiser, para mim é tão simples como isso.

Também já aqui foi dito, que era importante que o grupo “Sonae” investisse em Aveiro, e eu concordo. Sempre foi essa a nossa posição, investimentos privados sempre, cada vez mais, como forma de dinamizar o tecido comercial e económico de cada terra. E penso também, ao contrário do que aqui foi dito, que o PROCOM é um programa estanque. É ao contrário um programa ágil e que da mesma forma agilize os comerciantes que dele beneficiarem. Ou seja, se o Eng. Belmiro de Azevedo pretende construir uma loja no Côjo com 1.100 m², para vender chuteiras ou batatas e se os donos do empreendimento resolvem vender-lhe a loja, eu enquanto aveirense posso não gostar que ali se instale uma loja daquele tamanho. Mas, enquanto aveirense também não posso de maneira alguma criticar, quem é dono do empreendimento e que possa obter lucros. Isso para mim é linear. Depois, também lá estará a Direcção Geral do Comércio para pôr o ponto final na discussão e dizer: meus senhores, podem abrir, mas não podem sair destas balizas e para mim o problema resolve-se assim.

Quanto ao trânsito, que é outra preocupação, mas que é preocupação de todos nós. O estudo do trânsito não se vai modificar grandemente por se abrir uma loja de 1.100 m². Porque, actualmente já, com aquilo que se prevê que venha a ser o “Fórum Aveiro”, já estará a dar muitas dores de cabeça, a quem estiver a estudar soluções adequadas ao trânsito, nesta zona da cidade. Não é mais uma loja. O problema já existe e penso que

está a ser solucionado, penso eu. Ao abrir-se um parque de estacionamento subterrâneo com três andares, com capacidade para 1.200 veículos, já se está a criar um problema de trânsito no centro da cidade, porque os carros têm de lá chegar.

Para terminar eu diria: se a Câmara não recebeu o fax e a Associação Comercial recebeu, se calhar é porque a Direcção Geral de Comércio já está a cumprir o seu papel. E confio no juízo da Câmara, que se calhar não tem de ser nenhum. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Eu acho que se outro mérito não tivesse, este debate permitiu esclarecer uma coisa. Permitiu esclarecer que há uma grande boa vontade por parte da Câmara aos investimentos de Belmiro de Azevedo ou quaisquer outros investimentos similares que ocorram no nosso concelho. Fala-se no período eleitoral, nos pequenos comerciantes, mas depois vai-se permitindo ou deixando andar tudo aquilo que contraria na prática os pequenos comerciantes.

Eu lembro, que a instalação de uma loja deste tipo, significará e muito, o arrasar de um conjunto significativo de pequenas lojas que existem na proximidade e que terão sérios problemas. Mas se são pessoas que não contam, o Sr. Presidente e a Câmara lá saberão como é.

Estou particularmente à vontade, mais do que ninguém, a este respeito (a opção do Côjo, para nós, foi sempre uma má opção). A opção para aquele local seria a de equipamento público qualificado e não densificar a construção. Tudo aquilo que acontecer sabem que não é da nossa responsabilidade, não quer dizer que não se defenda a solução de um outro tipo de solução comercial na periferia, em sítios adequados.

Lembrava apenas a maneira como o pequeno comercio é tratado só como remate desta discussão. Dizia-me o Presidente da Associação Comercial de Aveiro, quando me transmitiu este problema, que teve uma reunião em determinado momento com um representante governamental da área, que lhe deu a garantia que durante dois anos não haveria licenciamentos de novas grandes superfícies e que passados esses dois anos então se veria com ponderação, quais seriam as licenciadas e quais não seriam as licenciadas. Ficou muito satisfeito o Presidente da Associação Comercial de Aveiro com esta resposta, mas menos de 8 dias depois o Governo licenciou 14 novas superfícies, duas das quais em Aveiro. Portanto, penso que há motivos grandes de preocupação e que são naturalmente legítimos.

Já agora, quanto ao fax, a pergunta que fiz não foi académica, foi mais para saber se a Câmara tinha conhecimento oficial do problema, porque tanto quanto sei não tem que ser ouvida nesta fase do processo.”

Presidente da Câmara:

“Eu gostava de lembrar que foi a Assembleia Municipal que aprovou o empreendimento do Côjo. Alguns votos não foram a favor, mas foi este órgão que aprovou o empreendimento com aquelas características e com a possibilidade crescerem lojas de grande dimensão.

Em relação ao PROCOM, eu gostava de sublinhar, penso que houve aí uma enorme confusão, o PROCOM não é para ser aplicado a estas grandes superfícies. O PROCOM é um programa de apoio aos pequenos comerciantes, pareceu-me haver essa confusão, se não existiu peço desculpa. O PROCOM é para ser aplicado em benefício dos pequenos comerciantes e surge como contra ponto, para o peso da existência das grandes superfícies em Aveiro.”

Vogal Armando Vieira:

“Não trarei nada de novo. Mas diz o nosso povo e com razão que o que é demais parece mal. E Sr. Presidente da Câmara, temos de estar todos atentos e eu peço-lhe até no desempenho cabal e sério, da sua função, mande fazer um inquérito do pequeno comércio e vai ver o desespero em que as pessoas se encontram. Uma esmagadora maioria dessa gente vai ser trucidada, o termo é este, há muitos deles que estão a sobreviver, a vegetar. Eu não sou contra as grandes superfícies, gosto é que as coisas tenham o seu equilíbrio, porque é bom que não esteja só aqui o “Feira Nova” a explorar os aveirenses como têm explorado, a verdade diga-se. Tem de haver outra coisa qualquer para fazer a concorrência de preços, mas quatro grandes superfícies em Aveiro! Estamos a destruir o pequeno comércio e eu vejo as pessoas num desespero. E o PROCOM, que contém um objectivo claro e louvável de modernização desse pequeno comércio, infelizmente não vai ser suficiente para resolver o problema e sustentar esse pequeno comércio tão importante para manter vivas as características de uma terra.”

Presidente da Mesa:

“Dou este tema por encerrado. Tem a palavra o deputado Diogo Soares Machado, para retomar as inscrições normais do período de antes da ordem do dia.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente, para trazer aqui um assunto concreto. Questionar a Câmara que obviamente não me poderá dar resposta hoje, mas que creio que o poderá fazer numa próxima reunião e agradeço essa resposta o mais concreta possível. No dia 27 de Maio de 1998, um munícipe do nosso concelho morador no bairro da Bela Vista, em Esgueira, recebeu uma carta informando-o acerca de um barracão provisório construído ao lado da capela da Bela Vista. Esse barracão provisório era fonte de problemas no quintal deste munícipe, porque as águas caíam para o quintal, o barracão estava encostado a um muro dele, danificaram-lhe o muro, danificaram-lhe culturas, etc.

Indagando junto da Junta de Freguesia, este munícipe recebeu como resposta um ofício da Junta de Freguesia de Esgueira, datado de 27-05-98, cujo assunto era o barracão junto à capela da Bela Vista e em que diz « informo V. Ex.^a que a Câmara Municipal de Aveiro autorizou que o barracão sito junto à capela da Bela Vista, serve de sede provisória à Associação Desportiva Cultural e Recreativa deste lugar (mais concretamente a Associação da Quinta da Bela Vista), entretanto vão ser feitas obras para evitar que as águas não sejam derramadas no vosso terreno. Com os melhores cumprimentos, o Presidente da Junta.».

Bom, este ofício em primeiro lugar reconhece que o munícipe tinha razão quando alegou, várias vezes, que as águas estavam a cair em cima do que é dele e que lhe estavam a causar danos materiais. Quando recebeu este ofício da Junta de Freguesia, penso que se terá deslocado à Junta de Freguesia, para falar com os responsáveis por este ofício, ao que lhe foi respondido que havia um acordo verbal entre a Câmara e a Junta da Freguesia de Esgueira, para que aquele barracão permanece-se como sede provisória da referida Associação Cultural e Desportiva. Bom, achando isso bastante estranho pediu cópia do ofício, porque nestas coisas não há acordos verbais, ao que lhe foi entregue um ofício da Câmara Municipal de Aveiro, ofício n.º 2056, datado de 98-06-04, sendo o ofício para o munícipe de 05-05-98 e o ofício da Câmara para a Associação da Quinta da Bela Vista sobre o mesmo assunto é de 04-06-98. E neste ofício de 04-06-98, diz-se que o aumento do anexo em conformidade com as disposições

legais, etc., etc., ... sobre o processo de obras em epígrafe recaiu despacho de 15-06-98. O munícipe ficou completamente baralhado, vós que me estais a ouvir não entendem com certeza, eu também não entendo, resumindo e concluindo: a Capela tinha um barracão provisório ao lado encostado ao muro do meu colega, do meu amigo, as águas caíam-lhe para o terreno, recebe um ofício no dia 27-05-98 a dizer que aquele barracão foi autorizado a permanecer ali como sede provisória de uma Associação. Quando pede o ofício comprovativo da Câmara, para que este barracão permaneça foi-lhe entregue um ofício de 04-06-98 e remete para um despacho de 15-06-98. Não sei se estão a entender, eu não entendo. E por eu não entender e este munícipe estar numa situação extremamente desagradável e porque o muro foi danificado, e sofreu prejuízos de algum valor para as suas possibilidades económicas, e pede que este assunto seja resolvido o mais depressa possível a bem para as duas partes. Obviamente, que a Associação tem de ter a sua sede, este munícipe tem de ter os seus haveres recatados e a salvo de coisas destas.”

Presidente da Câmara:

“Só para dizer, que de facto eu tomei a devida nota. Espero que isso não passe de uma “gralha” e vou averiguar.”

Vogal Fernando Leitão Miranda:

“Só para informar, que esse dito barracão foi licenciado, no anterior Executivo camarário.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Obviamente, que o Sr. Presidente da Junta está em funções há seis meses e o barracão está lá há dois anos e tal, não é isso que está em causa.”

Vogal Ana Carla Macedo:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu pretendo com a minha intervenção alertar a Câmara Municipal para um edifício que está a ser construído no gaveto da rua Jorge Lencastre com a rua da Palmeira e a rua Dr. Edmundo Machado. Este edifício, como é óbvio, nada tem a ver com o discutido na reunião anterior, contudo, penso que pode abrir graves precedentes. Confesso que neste momento não estou documentada, de qualquer forma, posso alertar, que os moradores da zona já se estão a movimentar, nomeadamente, através da recolha de assinaturas, para aquele que pode muito bem (e sem querer dramatizar) ser o início da descaracterização da zona da beira-mar. Neste sentido, deixo aqui o meu alerta e fico a aguardar uma intervenção por parte da Câmara Municipal.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu propunha falar do mesmo assunto. E propunha-me falar, como Presidente de Junta de Freguesia das ruas onde o prédio está a ser construído. O que acontece é que os residentes daquela zona estão a movimentar-se e chegaram ao ponto de um dos residentes que confronta mesmo com esse prédio, há poucos anos, pediu à Câmara o levantamento de um sótão no prédio onde vive que é de rés do chão e primeiro andar, foi-lhe negado o aumento do prédio com a justificação que ia descaracterizar a zona. (aliás, tenho aqui o ofício da Câmara que diz que para aquela zona só eram permitidos seis metros de altura) Acontece que, este prédio, segundo o que diz aqui o ofício de resposta, tem três pisos e ainda mais um recuado. Sr. Presidente da Câmara, já me tenho referido aqui a outros prédios que têm sido

construídos, inclusive, aquele que falei na última Assembleia, o do canal de S. Roque, e eu acho que não chega dar-nos como resposta que foi licenciado pela Câmara anterior. Nós temos a certeza que houve critérios diferentes, consoante as pessoas que pediam os projectos. Eu, Sr. Presidente da Câmara, acho que se impunha urgentemente a instauração de inquérito a estes casos e denunciar publicamente, como é que isto foi possível, porque não podemos deixar que as pessoas pensem que esta Câmara, está a ser conivente e a esconder factos, para saber como é que estas coisas acontecem. Acho que estas coisas não deviam ser possíveis. Portanto, aqui o que se impõem é abrir inquéritos e denunciar porque é que isto foi feito. Aliás, segundo aquilo que me foi dado a conhecer, (não sei se é verdade) no caso do canal de S. Roque o projecto de construção foi reprovado pela pessoa que dava o parecer, foi de férias, passados oito dias estava com autorização de construir. Isto é que é mau. É saber como é que um reprova e outro aprova.”

Presidente da Mesa:

“Já entendemos. Nestas coisas há duas perspectivas: uma é saber da legalidade, se foi observada, se não foi observada. Outra, é de opção arquitectónica e urbanística. A legalidade tem que ser observada, há sanções para isso; as opções políticas também têm sanções, mas são restritamente políticas.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, suponho que pelo menos os responsáveis políticos aqui presentes saberão, que foi negado uma audição Parlamentar em sede de Comissão Especializada, às Associações representativas da pesca do arrasto costeiro. Com esta atitude lamentável, irresponsável, o Partido Comunista e o Partido Socialista, estão a contribuir decisivamente para a destruição deste sector tão importante para a vida económica do país, com especial relevância como todos nós entendemos, para a vida económica da nossa região. Apelo aos Srs. representantes dos órgãos de comunicação social aqui presentes: Srs. Jornalistas, esta questão é muito importante, eu vejo as pessoas do sector desesperadas. Apelo para os Srs. representantes da comunicação social, para darem relevo a esta questão e para a intolerância resultante da proposta apresentada de audição parlamentar e o tão propalado diálogo deste Governo é palavra vã. Resulta numa negação de debate, de diálogo, de troca de impressões sobre esta matéria, com os responsáveis do sector. É lamentável. Deixo aqui o meu protesto em nome da bancada do PSD.”

Presidente da Mesa:

“É oportuno fazer uma invocação do regimento e da praxe parlamentar. Os deputados usam da palavra dirigindo-se ao Presidente da Assembleia e à Assembleia. Primeiro, não devem dirigir-se em termos de vocativo ao Presidente da Câmara, muito menos aos representantes da comunicação social. Não leve a mal a observância, mas é assim.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados. O bairro de Azurva, tem uma série de problemas. Materiais abandonados por vários empreiteiros. Já fiz o reparo à Câmara para através da fiscalização impedir e disciplinar, os empreiteiros que deixam materiais abandonados por todos os cantos. São obrigados a cumprir e a fazer as vedações e eu, com falta de pessoal, é que andei a fazer uma limpeza. São carros abandonados, outra faceta em que eu já pedi a intervenção da fiscalização e até agora os resultados são nulos. Sugo nas valetas, há pessoas que ainda têm o hábito de

durante a noite vazar "sugos" para a rua; também já pedi a intervenção da fiscalização mas a situação continua. Sinalização encoberta pela vegetação, também é outro problema no troço da estrada 230 entre Eixo e Horta. Falta ao nível de cedência de viaturas. Estou a sentir dificuldade, para cumprir as minhas obrigações perante a Freguesia, que me questiona permanentemente, porque é que os caminhos não estão arranjados ou porque a margem do rio não está consolidada? Eu quero fazer uma referência de que este ano, foi um ano excepcional de estragos nos campos.

Não cumprimento por parte dos empreiteiros nos bairros de Azurva, alertei em devido tempo, para a Câmara, não deixar levantar o estaleiro sem que o empreiteiro cumprissem as cláusulas. O empreiteiro foi-se embora e a situação está em aberto. Pavimentação de passeios. Os passeios em Eixo estão a começar a ser pavimentados com pedra miúda no centro, mas o resto permanece com as ervas a crescer e nunca mais vemos iniciada uma obra que já devia ter sido iniciada há mais de dois anos.

Reforço de iluminação pública, grande parte de Freguesia de Eixo tem uma iluminação pública deficientíssima, temos andado a tentar pedir o reforço pontual de diversas zonas da Freguesia. Um simples ponto de luz, demora às vezes um ano a ser cumprido. Acho que Eixo é uma freguesia rural, mas merece um pouco mais de atenção nesse aspecto.

Não cumprimento dos empreiteiros na pavimentação das ruas. Tenho alcatrão para fazer em Eixo desde Abril do ano passado e os empreiteiros que pegaram nas empreitadas não cumprem. Temos que ter uma conversa, para efectivamente rescindir o contrato com esses empreiteiros. Toda a parte antiga do bairro de Azurva está à espera desde Abril do ano passado de um tapete de alcatrão.

Eram estes pontos para os quais eu pedia alguma atenção, para que a gente possa prosseguir com um passo certo e amanhã não se diga, está tudo para fazer.

Entretanto deram entrada na sala os vogais Jorge Manuel do Nascimento e Jorge Carvalho Arroiteia.

Presidente da Mesa:

“Dou por encerrado este ponto, de antes da ordem do dia. Vamos passar à continuação da discussão do ponto n.º 5 da ordem de trabalhos - Permuta de Terrenos - Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo. Parece-me pertinente que, o recomeçar da agenda neste ponto, conceda a palavra à Câmara, para se quiser tecer algumas considerações.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Recordam-se todos que na última reunião da Assembleia, a Câmara tinha apresentado uma proposta no sentido de que fosse autorizado um lote de terreno, onde fosse permitido área de 5.437 m², como forma de reduzir a volumetria de um empreendimento, que tinha um alvará de construção para 27.748 m², sito na rotunda em frente à Repsol, na Avenida Central. Tinha sido uma forma que, após duras negociações com os investidores, tinha sido encontrada para minorar as consequências da implantação de um edifício com aquelas características ali, que nos pareceu muito aceitável. Dadas as dúvidas, as reservas, as críticas, que este empreendimento suscitou e aproveitando a oportunidade conferida pela Assembleia para que antes de se proceder à votação, a Câmara encontrasse uma nova solução capaz de salvaguardar aquilo que eram as reservas aqui apresentadas. Nós entrámos em contacto com a Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, os nossos técnicos trabalharam no fim de semana arduamente e estamos em condições de

submeter, hoje aqui, à Assembleia, a mesma proposta. Isto é, mantemos o pedido à Assembleia, para alienar o terreno onde sejam permitidos os 5.437 m², mas revestida de condições novas e que penso, vão ao encontro das preocupações aqui expressas. A novidade é a seguinte: em vez do prédio ficar implantado na rotunda, desfazemos a rotunda. O arruamento, que circunda a área de implantação do terreno desaparece, passamos a ter o terreno livre, desaparece a ponte que atravessa o canal e passámos com essa simples alteração a ter a possibilidade de implantar os 22.000 m² de construção de uma forma mais harmoniosa, mais equilibrada, com menos cêrcea e todo o desenvolvimento da área até à Fábrica Campos poderá ser reorganizado de forma mais coerente e com um novo sistema viário. É com base neste novo dado, que eu ponho à vossa consideração e que foi aprovado em reunião de Câmara, para que possa constituir uma proposta da Câmara. E, partilho do princípio, que haverá abertura dos investidores para aceitarem esta solução e, portanto, para que o loteamento seja aprovado, submeto de novo a proposta à consideração da Assembleia, com esta variante nas condições que lhe estão associadas.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Só queria colocar aqui uma pequena questão: qual é a solução que fica, retirando dali a rotunda, como é que se vai fazer a circulação de acesso para substituir esta?”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Sr. Presidente, prezo muito esta nova proposta, é sinal que o nosso trabalho e a nossa discussão na anterior Assembleia não foi infrutífero. Por isso, fico muito contente, porque é sinal que a câmara também ouviu esta Assembleia e é um progresso muito grande, em relação ao passado.

Concordo com a proposta, mas gostaria de saber como se vai fazer com os prédios (que estão na planta que nos foi distribuída), que estão muito próximo da Ria. Porque uma ideia que foi defendida aqui na Assembleia era que houvesse espaço para a Ria não ser simplesmente uma vala, mas tivesse espaços verdes e de lazer próximos da Ria. Isso quer dizer que havia uma faixa de terreno em que não iria ser viabilizada construção, como é que isso se coaduna com a proposta que se está a fazer?”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, usei da palavra para saudar entusiasticamente a Câmara Municipal de Aveiro, no seu todo, e penso que este é um exemplo, é um paradigma de cooperação de esforços dos órgãos autárquicos para a resolução de problemas candentes deste concelho.

De facto, todos nós convergimos na última Assembleia aqui decorrida, no diagnóstico da situação, ou seja, era algo de bastante preocupante, a solução urbanística, que nos havia sido apresentada e fruto do trabalho desta Assembleia. A Câmara procedeu a uma verdadeira “revolução copérmiciana” naquela zona da cidade.

De facto, saúdo entusiasticamente a Câmara, porque face ao problema da rotunda e da implantação circunscrita, de uma área excessiva de construção, numa zona perfeitamente limitada, eliminou-se o problema eliminando-se a rotunda. De facto, é uma solução, (não sei a quem imputar a paternidade directa, se a algum técnico, se ao conjunto dos políticos que compõem a Câmara), mas a verdade é que permitindo espraiar e descomprimindo a área de construção ao longo de toda aquela zona, penso que de facto, que com o esforço conjugado desta Assembleia, que reclamou muito justamente pela eliminação daquele sério problema, que nos era trazido, fruto da conjugação destes dois órgãos autárquicos, se permitirá chegar a uma solução

perfeitamente razoável e até entusiasmante.

É obvio, que de modo entusiástico e até porque nunca podemos de deixar de ter em perspectiva, o termo comparativo, que nos era aqui trazido, saudamos esta solução e autorizaremos, pela nossa parte, a alienação do terreno que nos é solicitado pela Câmara, como forma de concretizar o processo negocial que em boa hora encetou.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, louvo o esforço da Câmara, na tentativa de melhorar a solução que trouxe aqui, mas nós gostaríamos de ver um esboço, do que está projectado. Só assim, para leigos como eu, é que poderemos entender razoavelmente o que se está aqui a propor.

Depois eu pergunto: desfaz-se da rotunda, a implantação mantêm-se? É a mesma implantação? Não é. Há portanto uma nova implantação. Desaparece a ponte, já o disse. Pergunto-lhe, que cércea para a proposta que apresenta e ainda que área ao solo e ainda que afastamento para a nova implantação com relação à linha de água? São as questões que lhe deixo.”

Presidente da Mesa:

“Só um minuto. Antes de passarmos à votação, eu convoco os líderes dos grupos da Assembleia aqui junto da Mesa para verem este esboço, que depois transmitirão à respectiva Assembleia, dado que a Câmara não teve oportunidade de tirar cópias do novo boneco.”

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente. Era isso mesmo que eu ia sugerir. Parece-me, que está ali uma folha de papel “Canson” que contém uma canção que nos pode ser cantada e era dessa canção no papel “Canson” que eu gostaria de ter acesso. E julgo, que podia ser ali encostado à parede, para nós não sermos encostados à parede. Neste trocadilho me defino, porque seria muito útil recebermos a notícia desta novidade, que vem contemplar, as preocupações que todos nós sentíamos, quanto ao único canal urbano que temos na Ria de Aveiro. Isto é quanto me sugere, aquilo que foi dito até agora.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Devo dizer que não tenho razões para ser tão inflamado nos elogios à Câmara, da forma como resolveu isto. De qualquer maneira, estou em sintonia e pactuo-o da concordância da retirada do edifício do local onde estava para ser implantado e, portanto, nessa medida (e só nessa medida) manifesto algum regozijo pela solução que o problema começa a ter com esta delineação. Mas, daqui até à inflamação de regozijo e de vanglória ainda vai uma distância enorme. O Sr. Presidente e os Srs. Deputados hão-de entender, que não temos manancial de informação que nos permita chegar a esta conclusão. Pelo que depreendo e pelo que enunciou o Sr. Presidente, aquele espaço da rotunda vai desaparecer e vão ser implantados vários edifícios em extensão, com menor cércea. Bom, se essa for a solução tem também a minha concordância. Mas urge-me uma pergunta: se é como o Sr. Presidente diz e eu acredito, que realmente vá sair dali edifício de onze pisos e vai ser construído em extensão, uma dúvida advém, então não será possível contemplar a Sociedade Turística do Cojo, com os tais 27.000 m2. Isto é, não será desnecessária a tal permuta? Se fosse seria óptimo, não sendo, enfim. Mas não deixo de estar de acordo, em que esta solução, é bastante melhor que a anterior.”

Presidente da Câmara:

“Queria dizer o seguinte: não foi tecnicamente possível, porque de facto foi tudo muito depressa para poder corresponder a este apelo da Assembleia. E não foi possível trazer aqui uma planta, com tudo implantado no devido lugar. Tenho aqui um esboço, que vale o que vale, mas que permite antever o que pode ser a solução futura, por comparação aquilo que trouxemos. Por essa razão, nós com rigor, não temos esses elementos, que o Sr. Armando Vieira pedia, da cêrcea, da implantação ao solo, da distância ao leito de água, porque tudo isto é variável.

A pergunta pertinente do Sr. Dr. Jorge Nascimento, se ainda será preciso fazer a permuta, pelos nossos cálculos sim. Isso nós temos a certeza, os 22.000 m² que tínhamos previstos para aquela rotunda agora podem ser mais espraiados, mas continuamos a ter de ceder 5.000 m², sobre pena de termos de “encaixar o rossio na betesga” e termos ali os 27.000 m².

Eu sugeria, para que todos visualizassem, porque obviamente, isto tem de ser afinado, quer do ponto vista viário, quer do ponto de vista de implantação no local, o esquema que foi feito.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Depois do que se falou, já aqui neste assunto, torna-se um bocado difícil acrescentar mais qualquer coisa. De qualquer maneira, eu gostava de dizer alguns considerandos sobre o assunto. Para mim ser onze pisos, dez ou nove, pouco me interessa, acho que isto é um problema dos técnicos, os técnicos têm obrigação de ter a competência necessária para agarrar os problemas e para mim isto é um problema (como disse o Sr. Armando Vieira) de cêrceas, é um problema de distâncias, enfim, é uma harmonia em toda a zona. Estamos aqui só a falar daquele prédio, mas há muito mais que contar, há um plano que vai até à Jerónimo Pereira Campos e, portanto, eu julgo que a Câmara fez bem em reformular o assunto. Não pode esquecer, que do outro lado há um plano urbanização, há que fazer pandano de um lado para o outro. Talvez a Câmara não precise de tantos metros de construção, é uma questão de dar um arranjo, os técnicos quando querem conseguem isso. Porque esta rotunda, é um erro, de um técnico muito credenciado, não é por ele não ser da Câmara, mas caiu na Câmara, mas é credenciado. Eu não considero que aquilo seja uma rotunda. Eu acho que aquilo é um quarteirão, as dimensões daquela área ao solo, são exageradas para ser uma rotunda. Portanto, eu penso que o Sr. Presidente fez bem em reformular toda aquela zona, mas atenção, a pesada herança que o Sr. recebeu (não a torne mais pesada). Eu julgo que há processos de ganhar mais alguma coisa no meio de isto tudo. Tem de discutir muito, de negociar muito, o Sr. sabe que Aveiro é feito de quintaizinhos e, portanto, vai ter muita dificuldade em transformar essa herança numa herança cor de rosa. O Sr. teve uma herança, se calhar não sabia que a tinha quando veio para cá. É difícil negociar em Aveiro, é difícil fazer alguma coisa por esta cidade porque cada um puxa aos seus interesses. Muitas das vezes nós políticos e eu nunca me considerei político, mas a verdade é que embuído dessa roupa, muitas das vezes nós não temos sensibilidade para determinados problemas e então repare num pormenor. Com certeza já foi à Jerónimo Pereira Campos, de certeza já foi aos sanitários que fazem o apoio ao bar da “Olaria” e que é que vê? Entra lá e dá-se de conta que são estreitinhos. Há quanto tempo eu já não disse que aquilo é uma vergonha do arquitecto que projectou aquilo, mas continua lá. Portanto, os técnicos têm de ser chamados à atenção de pequenos pormenores, muitas vezes com o trabalho intenso e muitas vezes intempestiva de nós os políticos a exigir em prazos curtos, mas a verdade é que nós

temos de chamar a atenção dos técnicos para estes problemas.”

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Simões Madaíl.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu é muito rápido. É só para felicitar o Eng.º Maia pela sua intervenção, porque por fim, ouvimos aqui daquela bancada confirmar a herança pesada que esta câmara recebeu, e concluir de facto que o Eng. Maia, está aqui, para que com as suas ideias, intervenções, ajudar esta Câmara e Aveiro a seguir para a vanguarda das cidades do país”.

Vogal Rogério Madaíl:

“Bem Sr. Presidente, eu queria que transmiti-se ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo, as minhas felicitações, por este novo posicionamento de atender estas reivindicações, tanto mais que foi uma reivindicação assumida fortemente pela bancada do PSD e que agora, também vemos as outras bancadas a secundarem-nos e ainda bem, porque chegaram à conclusão que efectivamente nós tínhamos razão da nossa veemência.

A segunda questão, relativamente ao ponto de ordem, é a de uma sugestão ao Sr. Presidente desta Assembleia. Eu penso, que já é altura de meter novas tecnologias nesta Câmara, por exemplo, era importante termos aqui um retroprojector ou um projector de slides, etc., para podermos muitas vezes fundamentar (não só o Executivo fundamentar as suas posições, como nós também de vez em quando podermos apresentar alguns dados em suporte)”.

Entretanto, o Presidente da Mesa solicitou aos serviços que colocassem uma mesa em frente à Mesa da Assembleia, para que as bancadas possam consultar o desenho urbanístico do projecto para a “Rotunda da Ponte de Pau”, seguido de uma explicação do Sr. Presidente da Câmara, numa primeira fase. Numa segunda fase será facultado à Assembleia ou afixado nos placares existentes na sala da Assembleia Municipal.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ora, já cá tivemos o “Belmiro de Azevedo”, agora temos cá os “Melos”, quem sabe se nesta Sessão não aparece por aí o “Champalimoud”! Mas Sr. Presidente, a Cidade ideal a Cidade que gostaria, que gostaríamos, não teria aquela “Ponte de Pau”, não teria qualquer edifício de grande dimensão, entre aquele local e a Fábrica Campos. Privilegiaria muito, em termos de lazer e de paisagem toda essa zona. Mas nós estamos aqui para decidir em concreto e é no concreto que digo que a solução urbanística esboçada, é no seu conjunto muito superior, à anterior. Mérito à Câmara e aos seus Técnicos, mas mérito sobretudo à Assembleia e às vozes que aqui se levantaram, portanto, proporcionando o desenvolvimento do estudo que hoje foi apresentado.

De qualquer forma, o sentido do voto terá que depender, segundo entendo, de uma última intervenção do Sr. Presidente da Câmara, porque o que nós estamos a aprovar e repito, voltando ao concreto, não é o desenho urbanístico, são os termos concretos da alienação do terreno e essa alienação foi-nos proposta nos termos (com base na informação que foi distribuída), perdendo o edifício que agora já não se prevê. Mas não tenho ao meu dispôr, a deliberação da Câmara, o sentido e o conteúdo da deliberação da Câmara, que reformula os termos da alienação que é proposta.

Eu preciso de ouvir os termos (mesmo que lidos), dessa deliberação, para poder ajuizar

e decidir em consciência e espero que esteja perfeitamente salvaguardado a concretização desta solução encontrada e portanto com uma diminuição significativa das cérceas previstas para o local. Tenho dito”.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Independentemente da leitura desse documento, que considero importante, começaria a minha intervenção, por dizer, ao orador que me antecedeu, que até o grande capital estrangeiro já está instalado em Aveiro. Portanto, creio que isto é sinal de evolução. Em primeiro lugar, eu gostava de dizer que obviamente salta aos olhos, que embora não passando de um esboço, esta solução conseguida em três dias ou quatro é claramente uma solução melhor que aquela que a Câmara Municipal apresentou à Assembleia na última Sessão desta reunião. E é de uma maneira evidente. Há redução de cérceas prevista para cinco andares, há espaçamento entre os edifícios, que não havia, há um melhoramento em termos de zonamento verde naquela área, há, quanto a mim também, uma grande melhoria em termos de escoabilidade de trânsito, se aqueles arruamentos forem prosseguidos como o Sr. Presidente entende, penso que sim.

Infelizmente, Sr. Presidente, começou-se a discussão deste assunto, com a defesa entusiasta demais, a meu ver, desta proposta. E começou-se, exactamente por dizer que esta era uma proposta que é um exemplo da cooperação entre órgãos autárquicos, é sem dúvida, todos nós que aqui estivemos, o sabemos. Agora, quem o disse, é se calhar quem menos o poderia dizer. Por quem o disse foi quem, na reunião passada apelidou aqueles que com calma e com ponderação, procuraram chegar a uma solução intermédia, não uma solução radical, de derrota ou de chumbo, perdoo-se-me a brejeirice da proposta da Câmara, mas procuraram chegar a uma solução de bom senso, que permiti-se à Câmara pensar, repensar, discutir, tornar a conversar e apresentar o que apresentou. Quem disse que esta proposta era o exemplo da cooperação entre órgãos autárquicos, não têm o direito, meus Srs., de reclamar essa cooperação e de pôr essa cooperação em palavras suas, nestas actas, em palavras suas nesta Câmara, porque foi a mesma pessoa que disse na altura, na defesa acérrima da proposta que aqui era apresentada, que um camarada meu de bancada, por exemplo, ao falar como falava, defendia o indefensável, que o que se procurava com aquela proposta era resolver um escândalo inconcebível e que aquela proposta era a melhor maneira, a única maneira até (e está em actas), de corrigir aquele que tinha sido um erro do passado. E recordo-me também, Sr. Presidente desta Câmara, que houve quem dissesse nesta bancada, que procure não se corrigir um erro (aquilo que se considera um erro) e que foi aqui assumido por nós também como um erro, que procure não se corrigir um erro, com outro erro. E foi sempre baseado nisto, que a bancada do Partido Popular evoluiu na discussão deste assunto, na reunião anterior e se apresenta aqui a discuti-lo com o mesmo espírito. Realmente, Sr. Presidente, com esse esboço, com essa solução aqui apresentada, realmente, não se corrige um erro com outro erro. Realmente com este esboço, precavendo algumas situações concretas em termos de cérceas, de afastamentos, que eu sei que o Sr. procurará precaver, realmente, com esta solução, corrige-se um erro com uma solução agradável, corrige-se um erro com uma solução urbanisticamente e paisagisticamente atraente. Corrige-se um erro com uma situação de futuro, que infelizmente, Sr. Presidente da Câmara, até lhe poderá trazer alguns votos, daqui a alguns anos.

Ora bem, continuava dizendo, Sr. Presidente, que mais uma vez louvo o pouco tempo que esta proposta demorou a nascer, mas também mais uma vez peço ao Executivo Camarário por intermédio do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que todas essas negociações sejam bem ponderadas, que todas essas situações concretas,

nomeadamente aquelas duas que nos preocupam mais as cérceas e o afastamento ao leito do rio sejam muito bem equacionadas e muito bem definidas. Lembro também, Sr. Presidente, que esta bancada, foi a bancada que apresentou um requerimento para a interrupção dos trabalhos, não só pelo adiantado da hora, mas também pelo espírito que imbuí a posição de oposição que aqui assumimos nesta Câmara. E essa posição de oposição, está hoje aqui bem espelhada, somos e seremos uma oposição construtiva, não seremos nunca (porque não daremos aso a que isso aconteça), nem com atitudes nem com palavras, acusados de oposição de bota abaixo, de oposição negativista, de oposição por oposição. Sempre seremos, uma oposição construtiva e com isto anuncio, Sr. Presidente da Câmara, que essa proposta, da nossa parte, vai ter a anuência e vai ter a anuência porque nós nos sentimos directamente responsáveis nela. E porque nós, magnanimamente e assim termino, incluímos o PS e o Dr. Filipe Neto Brandão na cooperação entre órgãos autárquicos que tão erroneamente aqui colocou em palavras suas. Muito obrigado”.

De seguida, foi distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal o texto da deliberação da reunião de seis de julho de noventa e nove, da Câmara Municipal de Aveiro, que a seguir se transcreve.

« Reunião de seis de Julho de 1998 - Licenças de loteamento: - Na sequência da última sessão realizada pela Assembleia Municipal, com referência ao loteamento de um terreno situado no cais da Fonte Nova e Avenida cinco de Outubro, pertencente à Sociedade Imobiliária, Turística do Côjo e em face dos contactos por esta estabelecidos a Câmara Municipal deliberou, com as abstenções dos Srs. Vereadores e Eng.º Cruz Tavares e Dr.ª Maria Antónia, alterar as soluções urbanísticas subjacentes à proposta apresentada aquele órgão deliberativo, admitindo o principio da alteração do loteamento actualmente aprovado a favor do investidor acima referido, de modo a que a nova área de implantação seja distribuída doutra forma, eliminando-se a rotunda em apreço, o que permitirá uma diminuição da cércea e um desenvolvimento mais equilibrado de toda a zona envolvente e respectiva rede viária ».

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Procurando não atrasar muito o jantar, mas e mantendo-me na senda das intervenções anteriores e refiro-me à globalidade, isto é (sem ter nada contra o fazer-se política num órgão político), mas sem fazer política. E estimando que assim tenha sido nesta Assembleia, não posso deixar de tecer algumas considerações, sobre as circunstâncias que aqui estão e aquilo que se nos apresenta.

Pequenas cedências em bancadas de poder, são lógicas e desde que não ilegais, até são estimáveis. Verdade seja, que a coerência é ponto de honra e sobretudo da legalidade também o é. E portanto, todos nós temos consciência; começa na bancada do executivo e acaba no resto da Assembleia Municipal, de que aquilo que estamos a provar é estritamente a proposta que aqui nos foi trazida. Portanto, todos temos consciência, não tenho dúvida absolutamente nenhuma, mesmo aqueles que o não disseram sabem no seu íntimo e sabem portanto, que estão a fazer um voto de confiança séria, como disse e muito bem, o Sr. Diogo Machado, sem partidarismos, num assunto do máximo interesse para a nossa cidade e nestas circunstâncias, nós vamos votar favoravelmente e julgo que merecidamente, a possibilidade de a Câmara dar andamento, premente, a uma questão que de outro modo se arrastaria e eventualmente, se perderia, como aliás julgo que tem sido explicado aqui na reunião, a que não assisti. Aliás, ao ler também a proposta que nos é apresentada, surge-me alguma dúvida, porque de todo o modo,

permitindo nós, o mais, obviamente também permitimos o menos, e portanto, estando nós a aprovar o que estamos a aprovar, neste momento, a Câmara poderá sempre aprovar uma solução, que seja enquadrável do ponto de vista jurídico ou melhor ainda, dentro dos mesmos princípios aqui referidos por toda agente, de diminuição das cêrceas. E portanto julgo que a proposta serve, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista legal, para que seja feito efectivamente, aquilo que afinal é um esboço “A latere” hoje aqui trazido, com grande felicidade, diga-se de passagem e descansando-nos a todos.

Pela parte que me toca, é a primeira vez que vou votar uma proposta desta maneira e sempre mantendo a mesma linha de coerência. Tinha que referir, ter absoluto conhecimento daquilo que estou a fazer, é um voto de confiança que julgo que toda a gente percebeu, que a Câmara nos tem merecido, no esforço tremendo, que tem estado a fazer de facto, para que hajam soluções muito mais equilibradas naquela zona. Todos nós sabemos disso e é isso que estamos a votar.

Quanto ao grande capital em Aveiro, ele já cá estava como se nota, estava era com outra face. Eu não tenho dúvidas nenhuma que seja ele qual for, seja o grupo “Melo” ou qualquer outro, esses grupos têm também pessoas, têm conselhos de administração, têm pessoas, que podem ser pessoas que defendam também o interesse de Aveiro, negociando como deve ser e nós estaremos cá, para ponderar muito seriamente também os seus legítimos interesses. Se o não fizerem, se entravarem o futuro daquilo que é o centro e o coração da nossa cidade, também nós, todos políticos Aveirenses, não deixaremos no futuro de levar isso em consideração. É bom que seja o grupo Melo, seja qualquer outro, saiba que para nós o interesse público está acima de tudo, mas que para eles, o interesse público de Aveiro, também tem que estar, por isso, vamos votar a favor, mas também com essa advertência a quem é dono e titular de terrenos e pode mostrar boa vontade, hoje, para que ela amanhã lhe possa ser legitimamente, também demonstrada. Assim, com alguma alegria por ver que sucessivamente aquela zona da cidade, melhora e com alguma alegria, por ver que a oposição pode ser construtiva, termino e voto a favor”.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, primeiro permita-me que V. Exa., leve desta Assembleia uma mensagem para a Assembleia Municipal de Gaia: - que aprendam com os bons exemplos. Que o Partido Socialista da Assembleia Municipal de Gaia, aprenda com o bom exemplo que a oposição presta à sua cidade, na nossa querida cidade de Aveiro.

Depois, com absoluta consciência do que estou a fazer, não domino razoavelmente projectos, como leigo que sou. Mas, sobram-me aquelas dúvidas ligadas às medições, isso é o rigor e já agora permitam-me que diga: - o seu, a seu dono. São muitos anos de luta contra aquele “mamarracho”. Fui a primeira pessoa que levantou a voz nesta Assembleia, contra o “mamarracho”, (desculpem-me lá, o termo). E, Sr. Presidente da Assembleia, permita-me que diga através de si, ao Executivo, que só pode chamar a si os louros pela sensibilidade para o problema e não pode deixar de elogiar. Se é para elogiar e respeitar e referir o trabalho dos técnicos que realizaram o trabalho, isso é que é bom. O seu, a seu dono. E a propósito do seu a seu dono, diga-se que quem teve a iniciativa, Sr. Presidente (embora não de uma forma regimental e formal), de suspender os trabalhos, não foi a bancada do PP, foi a bancada do PSD, o seu a seu dono. É óbvio, Sr. Presidente, que esta proposta ou este esboço de proposta, significa uma melhoria acentuada daquilo que nós desejaríamos. Devo dizer-lhe, que gostaria muito mais de ver, edifícios encostados à barreira, em socalco. Acho que seria lindíssimo, mas pode ser utópico, pode não ser realizável tecnicamente. Gostaria muito

mais e Sr. Presidente, é bom que esta proposta não venha a condicionar de forma grave, com a sua cêrcea os direitos dos prédios existentes na rua Jaime Moniz, é bom que assim aconteça e que o afastamento ao leito da Ria seja o maior possível, maior que aquilo que a precessão nos indica e é indiciado pelo esboço apresentado. Parece-me insuficiente, Sr. Presidente, não está lá nenhuma medida, mas por apalpação, dá ideia que o afastamento ao leito do braço da Ria pode ser maior, por favor lute para que isso assim seja.

Por último, registar com agrado e uma vez mais a luta da bancada do PSD, na defesa do que verdadeiramente interessa à cidade de Aveiro. E aqui é o momento para eu fazer um elogio à Câmara Municipal, primeiro pela abertura, a melhorar aquilo que é do interesse de todos nós. O elogio, que não é mais do que o cumprimento dos seus deveres. E depois, Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe, também como elogio, sei que (também por iniciativa nossa e pela primeira vez trazida a esta Assembleia), a negociar o recuo daquele prédio, ali na Avenida Central, frente ao jardim que eu não sei identificar agora, pelo nome em concreto. Bem haja por isso, bom trabalho, elogiamos quando temos que elogiar, criticamos quando temos que criticar, só lamento que não seja possível corrigir, um outro mamarracho existente nesta cidade, que é aquele do Eucalipto, do lado esquerdo à saída, lamento”.

De imediato o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o debate, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara:

“Muito rapidamente só para me congratular com a forma como esta sessão hoje correu. De facto, a Câmara procurou corresponder à abertura feita pela Assembleia Municipal e portanto, ficámos muito satisfeitos por termos conseguido trazer uma proposta, que é do agrado da generalidade das pessoas e que pessoalmente também me satisfaz muito mais. Pensamos, que o que acabámos de assistir (e sem estar a querer distribuir louros por ninguém), é um salutar exercício do que é a articulação entre a Assembleia Municipal e o Município e Aveiro só teve a ganhar com a decisão que hoje aqui se vai tomar e portanto estamos todos de parabéns por isso”.

Presidente da Mesa:

“Muito bem. Já agora, em termos de declaração de voto ou de intervenção se me permitem não sair daqui (é uma ressalva), é que quem ler estas actas, ficará com a ideia de que esta Assembleia avalizou a ideia de que o alvará está válido e eu tenho sérias dúvidas de que o alvará esteja válido. Não conheço esta empresa, estou muito à vontade (...), tenho sérias duvidas que esteja válido - primeiro ponto.

Segundo ponto, durante todo o tempo em que o Dr. Girão Pereira, foi Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, salvo erro, nunca recorreu ao expediente das expropriações para utilidade pública, nunca. Bem, isso tem uma explicação; era o seu temperamento, preferia negociar, (mas há essa reserva, de que os executivos municipais podem usar, essa possibilidade). O Dr. Girão Pereira, talvez tivesse dificuldade, porque nunca teve (tirando um período de coligação, muito longínqua já, entre o PS e o CDS), a facilidade em obter os Decretos Lei de Expropriações, que são da competência do Governo. Não estou a dizer que se comece uma fase de expropriações, mas é bom que a Câmara possa dispôr desse instrumento e possa vir a usá-lo quando calhar. Finalmente, uma coisa é a urbanização, outra é o grau de exigência estética. A lei é muito liberal nisso e quase discricionária, quase que dá um poder arbitrário à Câmara”.

Entretanto deu entrada na sala, o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Jorge Nascimento:

“Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Mesa. Não sei se alguma vez o executivo anterior usou da lei da expropriação, mas não sei também se o não fez prudentemente. E faço esta afirmação de alguma forma, através de indícios; primeiro, porque sempre nesta Assembleia, o executivo anterior, aqui, não deixou de ser acusado de pagar mal aos expropriados e de tirar uma mais valia importante e injusta em relação aos negociados. Esta Assembleia aqui, reiteradamente e portanto eu nunca tive acesso a esses elementos, se negociou bem, se negociou mal, mas o que é facto é que politicamente o Presidente do executivo anterior, designadamente o Dr. Girão tinha esse anátema sobre ele, de que pagava mal às pessoas com quem negociava, depois e como o Sr. Presidente bem sabe (melhor que eu evidentemente), a expropriação conduz sempre a justa indemnização e os nossos tribunais têm os recursos fixados para zonas de urbanização, em indemnizações avultadas próximas muito dos valores reais dos imóveis. A meu ver, e com todo o respeito, a expropriação conduzirá sempre (dadas as tramitações necessárias; como a declaração de utilidade pública, anúncios, os prazos de oposição), a um alongamento do processo. Assim, a meu ver, enquanto prosseguir esta política negocial de entendimento com os particulares; primeiro, trás a concórdia, não trás a oposição e depois enfim trás também a utilidade de ser acertada. Isto com todo o respeito, pela opinião avisada do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que eu vou dizer, muitas vezes o tomo até como conselheiro, digamos, pelas opiniões que toma. Isto, digo-o, com toda a sinceridade e não precisaria de o proclamar. Sr. Presidente, muito obrigado”.

Presidente da Mesa.

“Eu não fiz a apologia da expropriação de utilidade pública. Eu quis apenas lembrar, que é um instrumento que o poder público, nomeadamente o poder municipal dispõe e que às vezes, mesmo quando os preços são os justos ou injustos, não interessa muito, dá maior segurança aos munícipes. Porque, não poucas vezes; os municípios compram por negociação particular terrenos, por preço barato, porque é suposto ser zona verde e passado algum tempo, aparecem lá prédios construídos com elevada cêrcea, na expropriação por utilidade pública, isso não pode acontecer, não estou a falar em nenhuma situação em concreto”.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o ponto n.º 5 - Permuta de terrenos - Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, verificando-se a aprovação por maioria de trinta e quatro votos a favor (13PS+11PSD+10PP), uma abstenção (PCP) e zero votos contra.

Declarações de voto.

Vogal António Salavessa:

“Abstive-me na votação da alienação de terrenos que nos foi proposta, alterando a minha disposição anterior, que era a de voto contra, por três razões. Primeiro, tendo-se apropriado a seu tempo daquilo que deveria ter sido salvaguardado, como sendo de interesse público. Os grandes grupos económicos, têm uma lógica muito própria, que não é propriamente a do progresso equilibrado da urbe, daí uma desconfiança legítima. Segundo, na deliberação camarária, que acompanha a proposta da alienação

de terrenos, não há garantia inequívoca de que o processo de loteamento seja de facto alterado. Terceiro, estão por resolver diversos conflitos urbanísticos, novos, que surgem com a alteração que tacitamente estamos a aprovar e que necessitam obviamente de melhor estudo”.

Vogal Jorge Nascimento:

“Votei a favor, por entender que a proposta hoje trazida, tem circunstâncias completamente diferentes (para melhor), das que foram apresentadas na Sessão anterior. Votei também a favor, na suposição de que não seria possível no projecto de urbanização que está em vista, atribuir área semelhante ao que a sociedade, com a qual vai ser feita a permuta, teria o suposto direito de construção. Naturalmente se, com a solução urbanística proposta, se fosse possível a atribuição de direito de construção equivalente ao que supostamente a sociedade teria, evidentemente nesta proposta concreta, eu teria votado contra, porque assim defenderia necessariamente os interesses de Aveiro. Porém, acreditando na afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que essa atribuição de direito de construção equivalente não seria possível com a nova solução urbanística, naturalmente votei a favor”.

Vogal Jorge Arroiteia:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Ora, a nossa declaração é a seguinte. Votamos a favor das alterações introduzidas nesta proposta, correspondendo ao esforço desenvolvido pela Câmara Municipal de Aveiro. Na sequência da discussão realizada na última reunião e sem prejuízo das melhorias a introduzir nesta proposta, e dos esforços a realizar, com vista a uma redução dos custos globais deste mesmo arranjo e não obstante também a falta de elementos referentes. Primeiro à cêrcea dos prédios respectivos. Segundo, a implantação destes prédios no lote. Terceiro, à sua distância em relação ao Canal do Côjo. Quarto, à posição deste prédio, em relação aos prédios dos lotes adjacentes. Quinto, à implantação e traçado dos eixos viários adjacentes e da respectiva rotunda. Sexto e último, do arranjo urbanístico de toda a área confinante com o cais do Côjo, a Fábrica Jerónimo Pereira de Campos e por extensão a toda a baixa da Ribeira do Vilar. Naturalmente que contamos, que estas soluções sejam apresentadas no seu devido tempo a esta Assembleia Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, votamos a favor desta proposta, porque ela prova aos aveirenses que realmente é possível conseguir, cooperação entre os órgãos autárquicos eleitos para a condução dos destinos desta cidade. Votamos a favor desta proposta, porque realmente reconhecemos no comportamento e na atitude da Câmara Municipal um comportamento e uma atitude, dignos de louvor, pela nossa parte. Votamos a favor também, porque se prova com esta proposta, que dentro da própria Câmara Municipal, há de sobra os suficientes recursos humanos, com a suficiente capacidade técnica e humana, para resolver problemas complicados. Votamos finalmente a favor, Sr. Presidente, porque, ao contrário do que talvez no momento de maior exaltação, ouvi, em outros círculos o Sr. Presidente da Câmara, dizer que a capacidade negocial estava esgotada, provou-se que afinal, a capacidade negocial não estava esgotada e só não estava esgotada, como também foi reaproveitada e reutilizada para apresentar, este sim, um bom projecto urbanístico para o Concelho de Aveiro, para as gentes desta terra. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

Vogal Filipe Brandão:

“ A bancada do PS, dá por reproduzidas todas as considerações já expendidas sobre este ponto da ordem de trabalhos, ao longo desta Sessão, permitindo-nos ainda, frisar que votamos favoravelmente esta alienação, no pressuposto de que a mesma possa consubstanciar um instrumento de negociação, acrescido, para a redução da área de construção já comprometida por executivos anteriores e fazemo-lo, consubstanciando uma vez mais, um voto de confiança, na concretização do referido projecto”.

Seguidamente e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22.30 horas, foram retomados os trabalhos presididos pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal António de Sousa Dinis Correia, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos, deu-se continuidade à agenda de trabalhos para esta Sessão.

PONTO N.º 6 - ALIENAÇÃO DE BENS - URBANIZAÇÃO SÁ-BARROCAS - NEGOCIAÇÕES COM A EX-CERÂMICA AVEIRENSE.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta proposta que a Câmara, hoje aqui submete, é também uma proposta que visa resolver um problema que se arrasta há oito anos. É um loteamento que se insere na área de intervenção do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, que é daqueles planos que está de facto, mais adiantado e a situação é a seguinte e talvez valha a pena recordar, rapidamente os antecedentes tal como se fez na nota que vos foi distribuída. Em mil novecentos e noventa, a Câmara tinha definido administrativamente lotes de construção, de acordo com um estudo urbanístico Sá-Barrocas, comprometendo-se a executar infra-estruturas no valor de oitenta e cinco mil contos, recebendo em compensação áreas de construção. Acontece, que mudou o

conservador do registo e estes lotes nunca puderam vir a ser registados porque aparentemente, este procedimento (na nova interpretação do Sr. Conservador), não estava conforme a lei. Para obstar este impasse, em 1992 houve uma nova deliberação da Câmara, que propunha a anulação da anterior escritura, desta vez, pondo a cargo da Cerâmica Aveirense (então Cerâmica Aveirense), a elaboração do respectivo processo de loteamento, tendo esta Cerâmica, a obrigação de ceder à Câmara Municipal, áreas necessárias, designadamente, à instalação do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, que já lá está, e à construção duma Escola Primária. Por seu turno, a Câmara Municipal, cederia algumas parcelas de terreno municipal, para completar lotes de terreno (da Cerâmica), que eram necessários a compleição dos lotes, pelo preço unitário de quinze contos o metro quadrado, totalizando o valor de global de trinta e dois mil e quatrocentos contos. Acontece, que esta segunda deliberação de noventa e dois, também não foi cumprida. O processo de loteamento, chegou a estar organizado. No entanto, nunca se emitiu o respectivo alvará, porque a certa altura a Câmara optou pela aprovação final do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas e a respectiva rectificação. Acresce que, subjacente a este compasso de esperas estava também a indefinição da área de servidão militar, que arrastou o processo para lá daquilo que seria, normal. Neste momento, está tudo resolvido, está definida e aprovada em resolução de Conselho de Ministros, a nova área de intervenção de servidão militar e portanto a proposta que se faz a esta Assembleia, é que autorize a alienação de pequenas fatias de lotes de terreno que são necessárias a completar o loteamento organizado pela Cerâmica Aveirense e que totalizam 2.160 m². Estamos a falar de áreas muito pequenas, cujo valor no entanto, vai para lá daquilo que é o valor, acima do qual, tem que vir à Assembleia, que é de vinte e cinco mil contos. Pelos cálculos dos nossos técnicos, estes 2.160 m², custarão sempre trinta e dois mil e quarenta contos e portanto, por essa razão traz-se à Assembleia, a aprovação para a cedência destas fatiazinhas de terreno, que vêm devidamente identificadas, na planta que vos foi distribuída a tracejado e como podem ver são de facto, áreas muito pequenas. Com franqueza, não vejo que seja uma questão polémica, penso que é um acto que vai permitir resolver, um problema que se arrasta à oito anos e que está de acordo, com o plano de urbanização de Sá-Barrocas e com o PDM, naturalmente.

Como contrapartida da cedência destas pequenas fatias, para completar os lotes deles, eles já nos cederam, o terreno onde está instalado o Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, que todos conhecem, bem como uma área para a construção duma Escola Primária que também está prevista na área de Sá-Barrocas, portanto as contrapartidas, são essas. Se vos disser ainda, que eles estão a pagar a contribuição autárquica desde mil novecentos e noventa, porque na altura registaram aqueles lotes e não foi possível anular a escritura, compreendem, que a má consciência desta Câmara do ponto de vista institucional, é forte e era urgente de facto ultrapassarmos esta situação”.

Entretanto entraram na sala os Vogais Jorge Manuel Nascimento e João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente, na medida em que parece estar subjacente a esta proposta da Câmara, um problema social que já se arrasta à muito tempo, um problema social grave, que aliás eu pessoalmente tive ocasião de conhecer já há bastantes anos, quando ocupava outras funções. Naturalmente, que a bancada da qual eu faço parte, atenta e

preocupada em tudo aquilo que respeita à realidade social e à resolução dos problemas que ela respeita, não poderia deixar de dar o seu apoio a uma proposta da Câmara que tem em vista, precisamente, apresentar uma hipótese, uma forma de resolução de muitas dessas questões que se nos levantam e que tem preocupado naturalmente a comunidade aveirense. É só isso, muito obrigado”.

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Genericamente, estou de acordo com todo este processo, embora o Sr. Presidente da Câmara tenha falado, em cedência de terrenos para o Jardim infantil e para a Escola. Pronto, dentro do loteamento, esses terrenos à partida deviam ser cedidos pelo loteador. Portanto eu vejo mais, parte dos doze lotes que são dados para a Câmara, irem ao encontro das despesas com as infra-estruturas. De qualquer maneira, eu gostava de saber, Sr. Presidente, se estes oitenta e cinco mil contos, são valores à data de mil novecentos e noventa, (não sei se não serão curtos). Será que os nossos técnicos pesaram bem o valor actual das infra-estruturas, que são necessárias fazer e os gastos que já houve com essas infra-estruturas? E lembro-me, não vejo aqui, nem o Sr. Presidente da Câmara enunciou, o problema do saneamento desta urbanização. Mas eu lembro-me, que aqui à meia dúzia de anos, pensava-se em elevar os esgotos para a estação de Esgueira, portanto, com uma conduta que à partida, não sei se estará contabilizada, se não estará. Só levantava o problema de facto, relativamente a estes oitenta e cinco mil contos, caso não correspondam aos preços de hoje, uma vez que os lotes referidos valorizaram bastante, ou seja, se não podem ser discutidos ou aumentados em favor da Câmara, para que realmente este processo seja o mais rapidamente, terminado com todas as benesses para a nossa cidade. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu não vou discutir a qualidade do projecto, que nos é aqui apresentado. Mas quero fazer um protesto e lamentar; eu sou Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, represento o povo da Freguesia da Vera Cruz e hoje a lei diz-nos (e eu tenho dito isso, já diversas vezes), que os planos, que as urbanizações, (...) as Juntas de Freguesia devem ser ouvidas. Mas parece que há aqui uma situação de não compreensão ou eu não me fiz entender. É que as Juntas de Freguesia, não querem ser ouvidas pela Câmara. As Juntas de Freguesia, devem ser ouvidas quando está a ser elaborado o processo da urbanização ou do projecto e aí sim, eram ouvidas. E eu tenho falado nisto e lamento, porque eu podia até, chamar aqui a atenção, que há aqui um terreno no meio, em que existe uma escritura dos Dragões de Aveiro. Mas não vamos levantar problemas. Vamos aprovar isso, mas eu só lamento Sr. Presidente da Câmara, é que a Junta de Freguesia, não tenha sido ouvida na devida altura, para ter conhecimento disto. Porque agora há o terreno da Escola, anteriormente não havia. Se calhar a Escola, visto a Escola do Adro, poderá já não ser necessária), portanto, era só este lamento que eu queria fazer”.

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. A observação é pertinente, a informação dos serviços em relação a essa questão, é que o cálculo das taxas de compensação e das despesas e das obrigações de cada uma das partes, deverá ser reportado para uma segunda fase, quando estivermos no momento do licenciamento das obras de urbanização, para se saber quem vai pagar o quê. Portanto nesta fase, estávamos só de facto a acertar os lotes, para cumprir aquilo que tinha sido acordado em noventa e dois e no momento da

segunda fase, quando se forem fixar as taxas de compensação, decorrentes das obras de urbanização e então sim, vamos ver se aquele valor que referiu dos oitenta e cinco mil contos, vamos ver, se ainda está actual ou não. E portanto, os serviços também pensaram na necessidade de se actualizar esse valor.

Em relação à observação do Sr. Barbosa, pois, eu acho que os Presidentes de Junta devem ser ouvidos na elaboração dos Planos de Pormenor que se insiram na respectiva Freguesia. Já conversamos sobre isso, já tivemos a oportunidade de nos escusar e também de fazer ver que uma coisa é a posição que a Câmara tem que ter, sobre o estudo urbanístico e essa tem que a ter, independentemente doutras autarquias, e entidades. Outra é a contribuição que essas autarquias podem dar à posição que vier a ser assumida pela Câmara. Além disso, não tenho a certeza, embora tenha toda a boa vontade em fazê-lo, que a propósito de cada loteamento na Freguesia, os serviços técnicos da Câmara, tenham que ouvir a Junta. Talvez haja vantagem em fazê-lo e no futuro tomaremos devida nota.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o ponto n.º 6 Alienação de bens - Urbanização Sá-Barrocas - negociações com a Ex-Cerâmica Aveirense, verificando-se a aprovação por maioria de vinte e sete votos a favor (12PS+5PSD+9PP+1PCP), uma abstenção (PS) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor do acto administrativo que nos foi proposto, contribuindo desta forma, para desbloquear, um processo que se arrasta à muito tempo e para que se possam verificar as consequências, positivas esperadas ao nível urbanístico da implantação de equipamentos e de consequências ao nível social”.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu abstive-me, numa atitude que eu acho coerente (e até sabendo porque a proposta passou quase por unanimidade), só para chamar a atenção da situação que se passou com a Junta de Freguesia, por não ter sido ouvida na alteração do projecto”.

PONTO N.º 7 - CONCESSÃO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL E NOS TERRENOS ANEXOS À EX-FÁBRICA JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. A proposta que a Câmara trás a esta Assembleia é uma proposta que reportamos muito importante. Andamos há muitos anos, a ouvir queixas e lamentos de toda a gente e de nós próprios, sobre as dificuldades em estacionar em Aveiro e as duas propostas que hoje aqui trazemos, são uma parte da solução que temos gizada para resolver definitivamente ou pelo menos nos anos mais próximos, o problema do estacionamento. Temos como sabem, um estacionamento que vai abrir (se tudo correr como previsto), no final de Setembro, no Côjo, para 1200 viaturas. E temos agora, esta proposta para abrir um outro parque de estacionamento subterrâneo em frente à Fábrica Campos e outro por baixo da Praça Marquês de Pombal. Eu Gostava de justificar um pouco, estas opções. Em frente à Fábrica Campos, que é uma surpresa, porque não fazia parte de anteriores

projectos (a Marquês de Pombal, era uma ideia já mais antiga), basta a vossa apreciação imperícia ao longo dos dias e dos meses, para constatarem que neste momento já e sem que os congressos estejam a funcionar, em pleno e sem que outras actividades sejam ali instaladas e sem que o lago, seja ali construído, o estacionamento ultrapassa já, todo o estacionamento disponível e tem que se expandir para os aterros que no futuro serão água, E portanto, nós pensamos que como o lago e os serviços que possam vir a ser instalados na Fábrica Campos, vão constituir um elemento de enorme atractividade das pessoas que vão querer e fruir aquele espaço e que neste momento já o utilizam para ir aos congressos, para ir às exposições, etc., é importante termos uma solução fácil, cómoda e eficaz de estacionamento. Essa solução, passa pela construção de um parque subterrâneo na área que está delimitada e que vos foi distribuída e que é exactamente por baixo do actual parque de estacionamento à superfície. É um parque que pode ter capacidade, até 900 lugares e que poderá ir até um prazo máximo de exploração de 50 anos. A ideia da Câmara, e na sequência desta autorização que esta Assembleia venha a conceder, é de abrir um concurso para a concessão, construção e exploração do referido parque.

Em relação, ao parque da Marquês de Pombal, pensamos também, que é um parque muito importante, para já tem vocação para dar serventia a toda a área administrativa aqui da alta, da cidade digamos assim; Tribunal, Advogados e Clientes (todos conhecemos as dificuldades que há naquela área), Governo Civil, Polícia (enquanto ali estiver), Correios, Farmácias, Rua Direita, a 100 metros das pontes, a 100 dos professores do liceu (que não têm onde parar o carro). Enfim, além do mais, tem grande vantagem de poder vir a ter acesso directo, da Avenida Central, se, se concretizar como espero, a possibilidade de estender esse parque, para os terrenos livres em frente ao Paga-Pouco. Este parque teria uma capacidade, no primeiro momento, ligeiramente inferior (até 800 lugares) e no segundo momento, se se confirmar, a extensão do terreno para a área em frente ao Paga-Pouco, duplicaria a capacidade para 1600 lugares. Com estes três parques, Marquês de Pombal, Côjo e o da Fábrica Campos, a cidade ficaria dotada de três importantíssimos elementos, para resolver em parte o problema do estacionamento. Quero dizer também, que está previsto um quarto parque de iniciativa privada, em frente a rotunda principal, que segue para a avenida (num descampado que ali está). Quem vai da Avenida Central da Sé para baixo, vai sair a uma rotunda, em frente a essa rotunda está um grande descampado onde vai nascer um prédio (há um acordo já, com os proprietários desse prédio para, que também aí nasça um parque subterrâneo privado, com ligação directa à avenida para peões. Isto vai permitir que nós tenhamos, o principio e o meio da avenida, muito bem servidos de parques de estacionamento, vai permitir que tenhamos, toda a área nova do lago, bem servida de estacionamentos e que tenhamos bem servida de estacionamentos, a zona administrativa mais antiga, ali do tribunal.

Com isto e para dizer tudo, não se pôs de parte, a concessão e a abordagem do problema do estacionamento em Aveiro, julgamos, que é importante tirar os automóveis do centro da cidade, julgamos que é importante ter parques periféricos afastados do centro e “mini-bus”, que façam o trânsito para o centro. Mas, temos uma política, que é uma política realista. Sabemos, que nos próximos vinte anos, os automóveis vão continuar a afluir ao centro e que temos que ter sitio para os estacionar e pensamos que com estes dois parques que agora submetemos à vossa consideração, temos condições para começar a resolver o problema da forma que outras cidades têm resolvido, em que Aveiro está atrasado vinte anos.

Este segundo parque da Marquês de Pombal, seria também, na modalidade de concessão, construção e exploração, com parâmetros máximos, os mesmos cinquenta

anos e sendo certos os cadernos de encargos que os nossos serviços estão a elaborar, prevê naturalmente uma grelha de ponderação, para a respectiva classificação, que pondera factores tão diferentes como, a redução do prazo de concessão, o preço de execução, as tarifas a cobrar e outro tipo de elementos. Penso que é uma excelente oportunidade (se aparecerem empresas interessadas em fazerem estes parques) e deixava à vossa consideração, a autorização para concedermos o espaço necessário à implantação destes parques”.

Entretanto entraram na sala os Vogais Jorge Carvalho Arroteia e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado, Sr. Presidente. É mais do que evidente, que a minha posição é nitidamente favorável ao pedido que o Sr. Presidente da Câmara, nos acaba de fazer. Mas, aproveitando a menção também que ele fez, de um terreiro que há ali, entre a Sousa Pizarro e o Joaquim António de Aguiar, mais conhecido por Mata Frades, cujo nome está na empena de Convento das Carmelitas. Eu, sabendo que esse terreiro, é propriedade da Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais e sabendo que a lei de algum modo, põe instrumentos ao dispor da Câmara para que aqueles terrenos possam ter uma vocação digna e condicente com o lugar, eu aproveitava a oportunidade, para questionar o Sr. Presidente, quanto a tudo o que pensa em relação aquele terreiro. A sua possível vocação, pela sua óptica, visto que eu próprio também tenho uma óptica para aquilo. Mas, acima de tudo, o que interessava saber, é o que a Câmara pensa, em relação aquele terreiro, que ali está”.

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente. Perante a realidade que está, que existe, é evidente que o meu voto pessoal não pode deixar de ser favorável à proposta da Câmara. O que me parece, é que aquilo que está e aquilo que o Sr. Presidente nos acaba de apontar como a seguir, parece-me ter subjacente uma filosofia, que no meu ponto de vista está longe de ser a mais acertada, isto é, com todos estes locais de estacionamento, subterrâneos e não subterrâneos, nós vamos ter numa zona mais ou menos restrita da cidade, lugares para uns milhares de automóveis. E aquilo que me parece, que devia ser feito, era como estimular os automóveis e os potenciais automobilistas, a deixarem de utilizar o automóvel e deixando conseqüentemente de vir de automóvel para o centro da cidade. Isto é, dito por outras palavras, parecer-me-ia, mais indicado construir terminais de estacionamento na orla de Aveiro (e a orla de Aveiro é uma coisa que hoje se calhar tem uma determinada localização e amanhã ou daqui a uns anos terá outra) e ter à disposição dos cidadãos meios de transporte públicos rápidos, cómodos, frequentes, para que os cidadãos, afluam ao centro da cidade, onde estão os serviços públicos, onde estão as empresas, etc., não de automóvel (e normalmente vem uma pessoa em cada automóvel), mas sim nesses meios disponíveis ou mesmo a pé, isso é que me parece acertado; andar a pé em Aveiro. Quando este tipo de comportamento for massificado e generalizado pela população aveirense, se calhar os hospitais e os cardiologistas, terão menos com que se preocupar. Tudo isto é óptimo, diminui-se a poluição e aumenta-se a qualidade de vida. Tudo isso está interligado. Ora bem, para resumir, a medida que a Câmara agora nos propõe, é irremovível, não há que contestá-la. Agora, há que desde já projectar, imaginar políticas que vão, que favoreçam, que estimulem e que motivem os cidadãos em Aveiro, a não utilizarem o seu automóvel particular, mas sim, utilizar transportes públicos, bicicletas e andar a pé. É tudo o que

eu tenho a dizer”.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Em relação às bicicletas, se esteve atento (e já vi que esteve), nós aprovamos em Sessão de Câmara, muito recentemente, um plano de desenvolvimento e incremento da bicicleta e da prática da bicicleta em Aveiro, que vamos levar a cabo. Estamos consigo, achamos que Aveiro tem condições excepcionais para a prática da bicicleta e portanto, se forem criadas pistas onde os velocistas possam circular com segurança, se existirem dois ou três postos de abastecimento (chamemos-lhe assim), onde seja fácil remendar um furo, substituir a corrente partida, mudar o selim, etc. e pondo pessoas que sejam desempregados de longa duração e que podem fazer esse tipo de serviço (podem fazer um trabalho, com a formação profissional adequada). Se criarmos uma bicicleta que seja distinta, das outras e portanto em que o risco do roubo seja atenuado, mas correndo também o risco do roubo, porque não ficamos mais pobres, se nos roubarem vinte ou trinta bicicletas, até porque se calhar elas vão ser de borla e o prejuízo não é nenhum. Se conseguirmos fazer isso, eu acho que vamos ter de facto uma cidade da bicicleta. Agora temos que ser realistas, aquilo que pensamos que é o transporte ideal em certas circunstâncias, vai ser a regra geral de todos os municípios e de todos aqueles que nos visitam de carro e portanto nós nos próximos vinte anos, como eu dizia, nós temos que ter soluções preparadas, para continuarmos a ter uma cidade equilibrada, porque se não fizermos as duas coisas ao mesmo tempo (estou de acordo consigo), devemos fazer ao mesmo tempo, por um lado, encontrar soluções para o estacionamento e por outro lado ir educando as pessoas e estimulando outro tipo de comportamentos e de mobilidades menos poluentes e igualmente práticas.

Em relação à pergunta que me foi posta pelo Sr. Gaspar Albino, em relação ao terreno contíguo ao Paga Pouco, eu espero ter nos próximos dez dias, uma resposta sobre este terreno. Se nos permitirem fazer no subsolo, aquilo que nós queremos, o que vier a nascer por cima, é uma coisa que pode ser negociada com o Estado, ou apenas conosco. Se o terreno for todo para nós, teremos então muita flexibilidade (não nos podemos esquecer que ao lado temos o Convento das Carmelitas, do outro lado temos o edifício do Paga-Pouco, que tem uma qualidade enfim (...). Talvez seja uma oportunidade de se construir ali um imóvel, com alguma qualidade e compondo de facto, aquele quarteirão que está ali, vazio (é mais um buraco que temos em Aveiro há trinta anos). Mas aí, não tenho neste momento uma opinião formada, se calhar não se justifica que seja tudo relva, podemos ganhar um bocado à relva ali e enquadrar o que se vier a construir devidamente”.

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente e obrigado também ao Sr. Presidente da Câmara, pela explicação que me deu. Há bocadinho quando o Sr. Presidente da Mesa, dizia que talvez não viesse à coacção, falar no chão, no terreiro. É porque, ao pensar-se num parque subterrâneo que poderá ser extensível até aquele sitio, na verdade é que eu acho que é oportuno, pensar-se no que estará por cima de um parque subterrâneo que poderá também abarcar aquele chão. Eu acho que é oportuno, não deixem para mais tarde. Obrigado Sr. Presidente”.

Presidente da Câmara:

“Se me dá licença, Sr. Presidente. Só para uma explicação que pode ser útil para o sentido de voto, já agora. Estas duas obras, se tudo correr bem, praticamente não

custarão nada ao Município. Se aparecerem concorrentes, ao concurso público tal como ele está idealizado, são obras que saem de graça, digamos assim. E portanto, são duas mais valias para o Município, que seria muito bom, que se viessem a concretizar”.

Vogal Nuno Tavares:

“Naturalmente que o sentido de voto não vai correr qualquer perigo! Sr. Presidente. Eu só queria dizer muito simplesmente isto, a medida que o Executivo tomou relativamente aos estímulo, pela utilização das bicicletas, é das medidas do meu ponto de vista, mais proveitosas e mais positivas, que em termos de domínio do transporte, se têm tomado em Aveiro. Eu pediria a V. Exa., o seguinte: é que se acabasse de vez ou progressivamente, melhor dizendo, com a realidade perfeitamente aflitiva e contraditória que ao longo destes dez, quinze ou vinte anos que tivemos, que é: ver em Aveiro, construírem-se ruas estreitas, vide Forca, ou Bairro do Liceu, e ao mesmo tempo termos os transportes colectivos com aqueles autocarros que nunca mais acabam, que é a contradição e de facto, alguma coisa que é própria ou do terceiro mundo ou do ex-bloco socialista que Deus haja. Muito Obrigado”.

Vogal Manuel António Coimbra:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Começaria por uma questão formal, é que quando este assunto foi discutido na Câmara Municipal, foi acompanhado por uma serie de documentos que ajudaram a formar opinião e que nós não temos presente. Por exemplo, o que diz respeito à implantação de um parque de estacionamento subterrâneo junto ao Centro Cultural de Congressos, foi presente um relatório geotécnico, foram prestados esclarecimentos pelo Eng.º Aleixo, dos serviços de trânsito e nós até aqui não tivemos, mais nenhum documento, a não ser uma acta, da deliberação da Câmara. O mesmo se passa em relação a construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça Marquês de Pombal, em que diz que a deliberação foi tomada nas condições expressas no respectivo programa de concurso e caderno de encargos, juntos ao processo e que também foram aprovados por unanimidade, onde é que estão? Nós não temos conhecimento deste documentos, ou seja, torna-se muito mais difícil para nós, só com base numa acta sucinta (como são as actas da Câmara), podermos formar a nossa opinião. E por isso, vai-me permitir, o Sr. Presidente, que eu possa fazer algumas questões e questionar a Câmara sobre alguns assuntos. Bom, no que diz respeito às áreas, quer de um, quer de outro, gostaria de saber quais eram as áreas dos empreendimentos nomeadamente, no que diz respeito, ao Praça Marquês de Pombal, onde é que se prevê que seja feita a implantação, é no centro, será estendida só naquela placa central, será estendida para as ruas, ficará por baixo (uma planta talvez ajudasse).

Outra questão que gostaria de colocar, diz respeito a dotarmos o nosso centro de parques de estacionamento, subterrâneos. Eu quero dizer, que tal como concordo com a implantação de um parque de estacionamento no Còjo, estou completamente de acordo com um parque de estacionamento subterrâneo e por isso pago, na Praça Marquês de Pombal. Isto no pressuposto de que deverão existir parques de estacionamento, alternativos, que não serão pagos, de tal maneira que caberá ao automobilista decidir se vai permanecer na cidade mais ou menos tempo e decidir o sitio onde deve localizar o seu carro (estou a imaginar na nossa cidade, o parque da ponte de S. João), por baixo ou contíguo à ponte S. João, passará a ser um mais utilizado e estou também a pensar (se isso será possível), o parque da Universidade ainda voltar a ser mais utilizado. E aquilo que eu questionava também, era e onde é que está o parque a norte ou o parque a nascente da cidade, para os automobilistas que

entrem por esse lado da cidade, onde é que será previsto esse parque não pago, para compensar os parques pagos no centro da cidade. Outra questão que eu gostaria de colocar, diz respeito à localização do Centro Cultural de Congressos e um parque de estacionamento subterrâneo no Centro Cultural de Congressos. Quer queiramos, quer não, este Centro Cultural de Congressos, ainda não está no centro da cidade e por isso, ou nós vamos tornar o Centro Cultural de Congressos um edifício central (e eu acho que isso vai acontecer no futuro), ocupando-o com actividades que não sejam a formação profissional, ou seja, temos de partir desse principio, o edifício vai ser, usufruto do Município de Aveiro e por isso vai ser um local, em que pela grandiosidade do edifício, vai trazer muita gente. Porque se vamos criar um parque de estacionamento, desta dimensão, só para as pessoas verem um lago, ou para irem a um espectáculo pontual. Parece-me relativamente pouco, ou seja, há aqui outros dados que se calhar a Assembleia tem que conhecer, mas que ainda não conhece, neste momento. E este parece-me, que se subentende desta proposta. A Câmara Municipal de Aveiro, vai assumir que pretende aquele edifício todo, para usufruto do Município. Penso que estou a interpretar de uma maneira correcta e eu defendo isso. Eu acho que está na altura, de a Câmara Municipal de Aveiro, negociar com as entidades que ainda ocupam o edifício, de maneira a o poder ceder para as actividades do Município. Por isso, sendo assim e isso ainda não tinha sido dito, admito então esta centralidade e admitindo esta centralidade, admito este parque de estacionamento, então subterrâneo, para poder dar origem e poder servir de apoio a um edifício que o justifica. Terceira questão, o Metro de Superfície. Eu penso que nós não deveríamos de abdicar, nunca, de na nossa cidade, continuarmos a planear tendo em vista um Metro de Superfície, que poderá servir de apoio a estes diferentes parques de estacionamento, que nós estamos a criar e aos parques de estacionamento periféricos que já existem. Por último, diz respeito, à rotunda da Avenida Central. O Sr. Presidente falou nela, como um facto consumado e falou na existência de um parque subterrâneo, privado, contíguo a essa rotunda, essa rotunda para mim é provisória. Uma rotunda como essa, é um crime existir numa sociedade como nós pensamos que deverá ser Aveiro no futuro, essa rotunda é o que não deve ser uma rotunda de trânsito numa cidade, a não ser que se altere completamente as vias de tráfego, em Aveiro. Mas essa rotunda tal como está, é impossível e por isso eu não acredito que nós estejamos a pensar na mesma rotunda e nessa rotunda a servir a cidade no futuro com os problemas de trânsito que hoje, já nos trás. E para já era isto, muito obrigado, Sr. Presidente”.

Entretanto saiu da sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Presidente da Câmara:

“Sr. Deputado, Manuel Coimbra, estamos de acordo com muitas coisas e eu aproveitava só para dar alguns conhecimentos de que não dispõe, mas que vai ver, estamos mesmo de acordo.

Em relação aos estacionamentos que faltam do lado de lá, por exemplo, aquele parque de estacionamento por debaixo da Ponte de S. João, tem estado manifestamente subtilizado, estamos de acordo. A ideia desta Câmara (e minha pessoalmente), é que esse parque só será devidamente rentabilizado quando o plano que estamos a desenvolver, entre a Ponte de S. João e a Lota, estiver a funcionar, nessa altura sim, as pessoas vão ser tentadas a deixar lá o carro. Enquanto isso não acontecer, as pessoas têm medo de lá deixar o carro. Depois há outras bolsas, pequenas bolsas de estacionamento, que estamos a pensar inserir com zonas jardinadas também, na placa central, entre o IP5 e o Canal de S. Roque, o que vai permitir pequenas bolsas de

estacionamento (não estamos a falar de estacionamento maciço), mas que vai permitir também, que as pessoas que acedem à beira mar, rapidamente (através do atravessamento das pontes), o façam e libertem ao mesmo tempo os moradores do canal de S. Roque das corridas de estacionamento, dos barulhos, habituais.

Depois, outra zona de estacionamento, a Sul (digamos assim, da cidade), a zona da estação é a que irá ter lugar na zona do mercado abastecedor (que é uma zona enorme que está ali), que irá sair dali. Se se vier a concretizar, a passagem desnivelada seja para peões, seja para automóveis (por baixo da linha), fica uma enormíssima área para estacionamento e para Centro Coordenador de Transportes, que vai alimentar aquela zona e portanto, ficamos com o circuito urbano muito bem equipado de estacionamento.

Em relação ao Centro de Congressos, Sr. Deputado Manuel Coimbra, aquilo como diz, ainda não é o centro, mas já está tão sobrecarregado, como decerto confirmará, a partir do momento que começarmos a fazer as obras do lago (e eu espero que seja este mês, se tudo correr bem), os estacionamentos vão ser ainda menos e portanto, há de facto uma dinâmica de resolver problemas, que se arrastaram naquela zona há anos, que vai fazer com que nos próximos dois anos, esta zona seja de grande centralidade e estas decisões tomam-se agora, não é daqui a dois anos, quando a sobrecarga já for imensa.

Metro de Superfície. Tem toda a razão, eu também estou de acordo, que não deve deixar cair o Metro de Superfície, tive aliás, à duas semanas uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara de Águeda, para reavaliarmos o estado do dossier, porque temos a noção de que se este projecto for inter-municipal, terá prioridade no próximo quadro comunitário de apoio e é uma obra que então sim, poderá ser feita e que pode valorizar de facto a ligação entre Águeda e Aveiro, numa segunda fase Ílhavo e que ganha maior sentido quanto a rentabilidade da exploração tal como ela vinha demonstrada num estudo que foi feito e que é um estudo muito bem feito, com a abertura do Pólo Universitário de Águeda (porque o fluxo em transportes dos alunos, vai ser aumentado).

Finalmente, a rotunda. Eu estou inteiramente de acordo consigo e tenho a boa notícia para lhe dar, que hoje mesmo (o nosso Departamento de Planeamento), me apareceu com um novo desenho de rotunda que define um novo perfil (come um bocadinho o empreendimento que lá estava a nascer), como não podia deixar de ser e torna a rotunda, uma rotunda com uma dimensão apropriada aos fluxos de trânsito que ali vão passar e que vão ser alterados de acordo com um estudo de trânsito que está a ser feito e será apresentado brevemente. E portanto, estamos todos de acordo, estas informações só reforçam aquilo que acabou de dizer. Muito obrigado”.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados. Afinal sempre há decisões que transitam de um mandado para o outro, ou seja, aquilo que não vale para o registo de interesses vale para as decisões da Câmara. Porque nós temos aqui uma deliberação, em que se vê, qual é a posição do Vereador Tem. Cor. Albuquerque Pinto, em que se vê qual é a posição do Vereador Nogueira de Lemos. Ora, que eu saiba não são Vereadores desta Câmara, foram e em nenhum momento das deliberações há uma decisão formal (pelo menos daquilo que nos foi feito chegar), das deliberações desta Câmara em que retoma a deliberação da Câmara anterior e decide remetê-la à Assembleia. Portanto, se fossemos pelo critério que foi invocado em relação ao registo de interesses, teríamos aqui já um problema que tinha que ser resolvido.

Acho em relação a esta proposta, que é uma proposta que não se integra num estudo

geral de trânsito que segundo a Câmara, está a ser feito. Portanto são decisões casuísticas que antecedem o tal estudo geral de trânsito. Penso, que as coisas deviam ser postas de forma inversa, haver de facto, um estudo sobre a situação actual, previsões a médio e a longo prazo, para se poderem tomar decisões certas e que respondam no tempo, tal como nós estamos certamente perante um conjunto significativo de aumento da zona de estacionamento pago, com previsão de que as zonas de estacionamento livre que hoje existem, vão rapidamente desaparecer para dar lugar a outras coisas. Portanto, continua a ser absolutamente necessário ou na periferia com "mini-bus" ou de qualquer outra forma, a existência de estacionamento que seja a preços compatíveis com estratos da população que não podem aceder aos custos que normalmente têm estes parques de estacionamento da forma que se está a propôr.

Quanto ao objectivo de aliviar a cidade, o centro da cidade, do trânsito automóvel, eu acho que é mau que a Câmara atire agora esse objectivo para daqui a vinte anos. Penso que é um objectivo que devemos ter próximo, vivo e ir tomando as medidas que possam conduzir esse desidrato.

Quanto à campanha da bicicleta, estejam elas já aí amanhã, que eu serei um dos utilizadores (com sobretudo, sem sobretudo, com anorak), não há problema, é uma questão que é absolutamente necessária.

Quanto aos aspectos deliberativos formais, senti uma contradição clara, entre a intervenção do Sr. Presidente, em que nos fala que o caderno de encargos está a ser formulado, com as deliberações que dizem, que os cadernos de encargo foram aprovados. Ora, o que é que o Sr. Presidente mantém; a deliberação ou a intervenção verbal em que falou de reformulação. Nós estamos aqui para aprovar, a realização de um concurso público, parece que é a primeira vez desde há muitos anos, Sr. Presidente, que a proposta de um concurso público, chega a esta Assembleia, sem ser acompanhada pelo respectivo programa e pelo caderno de encargos correspondente. Não foi distribuído. Mais, além de não ter sido distribuído, eu queria ler uma norma do regimento que está em vigor, que impõe que caso não sejam distribuídos devem estar no serviço de apoio à Assembleia no dia anterior à data indicada para a reunião. Portanto quanto eu sei, não estavam tal como não continuam a não estar. Portanto há aqui uma norma, um procedimento regimental que precede a deliberação que não está a cumprido, razão pela qual independente da bondade ou não do processo, eu não posso em consciência, votá-lo hoje".

Presidente da Câmara:

"Em relação ao facto de se tratar de uma deliberação da Câmara anterior, nós estivemos a verificar do ponto de vista jurídico e pareceu que era possível aproveitar essa deliberação e fizemo-lo para que fosse possível, em tempo útil trazê-lo a esta Assembleia Municipal. Não temos nada contra a Câmara anterior, desde que elas sejam boas e esta objectivamente concretizava uma aspiração de muita gente e portanto, aproveitamos a deliberação da Câmara anterior. Quanto ao facto de serem parques de estacionamento aparentemente desgarrados, não são. Nós já tivemos reuniões com os técnicos que estão a elaborar o estudo da TECNEP, estamos todos de acordo que estes parques têm que ser feitos nestes locais, viram ao longo de umas semanas, uns meninos e umas meninas, que estiveram aí a fazer contagens de trânsito, para saber como é que o trânsito deve ser ordenado. Mas seja qual for as conclusões a que cheguem, estamos todos de acordo nesse grupo, estes parques de estacionamento, são necessários.

Os cadernos de encargos não foram apresentados. Bom, eu tentei oralmente quando

apresentei a proposta, apresentar os pontos essenciais dos cadernos de encargos, porque como sabe um caderno de encargos é uma coisa extensíssima, com normas que são padrão, normas de carácter administrativo, escolha do tribunal em caso de litígio e portanto eu filtrei, aquilo que são cláusulas gerais dos concursos públicos e trouxe a esta Assembleia, aquilo que são as características essenciais deste concurso, isto é, concessão, construção e exploração, prazo máximo 50 anos, número de lugares para os dois casos, áreas de localização, critérios de ponderação na avaliação da decisão (mais exaustivo), como forma de superar de facto essa dificuldade que houve dos nossos serviços na véspera terem prontos os cadernos de encargos, para enviar para a Assembleia. Devo dizer, que não há nenhuma contradição entre as deliberações, dizerem que foram aprovados, os cadernos de encargos e eu dizer que eles estão a ser elaborados, o que acontece é que de facto, a Câmara aprovou o essencial (como eu trouxe aqui dos cadernos de encargos) e depois há pequenos pormenores que os serviços têm vindo a afinar mas que não prejudicam o essencial daquilo que é a abertura do concurso; saber qual é o valor da caução, saber qual é o prazo para a apresentação das propostas (se é até sexta-feira, às doze, se até sexta-feira às onze), esse tipo de pormenores deixámos de facto para os serviços fazerem e é essa a explicação. Portanto eu, limito-me a pedir indulgência, por não termos tido a capacidade de apresentar aqui os cadernos de encargos, mas pareceu-nos, em função das possibilidades que tivemos nos serviços, que oralmente transmitindo o essencial, a Assembleia estaria habilitada a tomar uma decisão sobre conceder ou não conceder autorização para depois se abrir concurso, porque é disso que estamos a falar. Eu chamo a atenção do Sr. Deputado Salavessa, que não é a Assembleia que abre o concurso, portanto é uma informação que é útil para a Assembleia e que eu achei por bem trazê-la, mas a Assembleia só é chamada a conceder autorização para a concessão do espaço em regime do direito de superfície em subsolo, pelo prazo máximo de 50 anos”.

Presidenta da Mesa:

“O Sr. Deputado António Salavessa, pôs um problema que tem alguma pertinência. Realmente a disposição regimental que citou; ponto 5 do artigo 29 do regimento, diz que: «os processos respeitantes à Ordem de Trabalhos que vão ser discutidos devem estar presentes nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal desde o dia anterior à data indicada para a reunião, devendo para tanto esses Serviços de Apoio assegurar o cumprimento desta disposição». É evidente que é tudo relativo e esta acta agora acompanhada com o boneco, é um processo. Todos os dossiers de estudos, nomeadamente geológicos e outros, serão um processo mais completo. A questão que ponho, com toda a franqueza, é esta: Disse por rigorismo e observância da legalidade do seu ponto de vista, disse tudo quanto queria dizer, do género de reclamação e marcar posição ou suscita a questão da legalidade, se suscita a questão da legalidade não fico sozinho nisto, vou pôr o tema à apreciação do plenário. Se o que disse e com algum acatamento da crítica implícita, lhe chega está assegurada a situação e passo adiante, se não, terei que abrir um debate sobre a legalidade da situação”.

Vogal António Salavessa:

“Evocou o Sr. Presidente da Câmara, em primeiro lugar entendo, que em termos de funcionalidade e de melhoria dos trabalhos, que o que aconteceu, não deve acontecer, não é por estar escrito que devem ser os serviços a ter essa preocupação, penso que a Câmara deve ter a preocupação de pôr à disposição, os elementos que possam permitir uma melhor avaliação dos processos, primeira questão. A principal dúvida, que eu

tinha do ponto de vista legal, era em relação à figura da concessão, como é que era isto. E ao limite estabelecido na Lei da Autarquias de vinte anos. O Sr. Presidente da Câmara invoca-me uma disposição legal, que eu desconheço, mas que presumo que exista, em que diz que em relação à concessão do direito de superfície que é permitido ir até aos cinquenta anos. Fazendo fé nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, a questão de legalidade está excluída, esta arrumada, há agora apenas procissão política”.

Entretanto saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem e Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais desta Assembleia. Com este ponto da Ordem de Trabalhos, a Câmara traz-nos aqui uma medida avulsa, que pode ser reputada tanto de muito útil, como de muito inútil. Sou crítico em relação, a estas medidas avulsas, porque entendo que elas deviam ser acompanhadas dum manifesto das opções globais do executivo, da orientação que pretende, quanto, designadamente ao uso a dar às vias da cidade, quanto à utilização do automóvel, quanto à definição e à escolha dos transportes públicos que pretende utilizar. E esta questão prende-se manifestamente com isso, no meu entendimento, o favorecer os estacionamento dentro da cidade (se bem que numa visão imediatista possa ser considerada útil em termos de política global), a meu ver é absolutamente inútil. Porque a criação de parques de estacionamento subterrâneos como vão ser feitos ou que previstos, se estes estudos de vierem a concretizar, irá necessariamente, atrasar o problema de uma opção por outra via de transportes para as “calendas”, quer dizer, com estas medidas haverá necessariamente um aumento de trânsito automóvel para o centro da cidade. Eu disse, que esta visão da Câmara é imediatista, porque hoje não é utópico pensar-se em reduzir drasticamente o trânsito. Verifica-se isso em vários locais da Europa Moderna. Há cidades na Europa onde o trânsito, por exemplo, Viena e no meu entendimento e pela observação recente que disso fiz, é menos intenso que na cidade de Aveiro. Os parques, no meu entendimento suscitam trânsito (para que é que há parques se os automóveis não circulam na cidade). Eu estou a referir-me à circulação activa, não é estacionamento, Sr. Presidente. Portanto, eu creio que esta opção atrasa necessariamente, uma opção pelo desfavorecimento do trânsito do automóvel para o centro da cidade.

O Sr. Presidente da Mesa, evocou há pouco um problema que a meu ver é de extrema pertinência, que é, disse: «um problema de mentalidades». Hoje não há dúvida nenhuma que temos a cultura do automóvel, hoje não se passa por nada, sem muito custo sem o automóvel e é um problema de mentalidades que deve começar por cima e eu entendo que a Câmara faz muito bem, quando adoptou esta medida de dotar o Município de um conjunto de bicicletas que ponha à disposição dos munícipes. Mas entendo também, que devem ser (e espero que isso aconteça), os autarcas mais representativos a fazer imediato uso desse meio. Só assim (e isto é importante), se poderá dar um volta face nas mentalidades, porque as pessoas copiam tipos de comportamento e normalmente guiam-se pelos comportamentos das figuras mais representativas. Portanto, será um passo se os autarcas mais representativos deste Município, começarem pelo uso da bicicleta, aliás, esse exemplo já foi adoptado por um Vereador desta bancada, um vereador que representava este partido (PP) e eu próprio, sem fazer propaganda aos meus dotes ciclisticos e não esperando ser contratado por alguma equipa de ciclismo profissional, eu próprio faço cerca de cem quilómetros aos fim de semana. Portanto, eu prezo a bicicleta e acho que deveria na

linha do pensamento do Sr. Presidente da Mesa, haver uma inflexão nas mentalidades, a começar pelos autarcas representativos. Portanto, esta ideia das bicicletas já não é nova. Eu receio que o Sr. Presidente afinal, embuído até de boa intenção e a adoptar aqui medidas que em si mesmo são contraditórias, por um lado as bicicletas por outro lado o estacionamento, isto é, o favorecimento do trânsito automóvel.

Quanto à escolha (e de certa maneira saúdo esta medida neste aspecto administrativo), do melhor caminho para a concessão, construção e exploração, sem encargos para a Câmara, ou seja, esta medida é verdadeiramente salutar, como foi salutar, por exemplo, quando a Câmara anterior decidiu pôr a recolha dos lixos ao encargo de uma empresa particular. Eu entendo que as câmaras estão aqui, os órgãos do Município estão aqui (sobretudo o executivo), para diferir políticas, exercê-las e portanto exercem-nas tanto mais facilmente, quanto mais alavancas arranjam para esse exercício e a forma de concederem serviços. É uma forma de multiplicarem as funções em benefício dos munícipes, sem encargos de ocupação e monetários significativos para a Câmara. Os encargos monetários poderão ser equivalentes, simplesmente liberta o órgão executivo da preocupação de ter que gerir, sobretudo pessoal e meios, porque esses encargos são desmultiplicados através dos particulares. Neste aspecto concreto, eu a ter de avançar esta medida, que de imediatamente até parece simpática para a população, é saudável porque não trás encargos de natureza nenhuma. Apesar de tudo, eu tenciono não estorvar a aprovação desta proposta”.

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, queria aqui deixar uma palavra de regozijo porque de facto, a Câmara está a apresentar projectos, está a fazer Aveiro está a andar. Para quem esteve como eu, aqui na Assembleia durante quatro anos, acaba por verificar que se calhar, já se fez mais nestes seis meses do que se fez nos quatro anos anteriores. É óbvio, que alguns processos não vêm devidamente informados (como diz o Sr. Salavessa: pode haver alguns problemas de âmbito legal), mas também é óbvio, que isso resulta de toda esta profusão de projectos e enfim, eu penso que os estados burocráticos deram todos de pantanas e não sou eu próprio um burocrata e portanto acho que as coisas devem andar, a legalidade tem efectivamente de se cumprir, mas pequenas coisas, como por exemplo respeitar o artigo qualquer do regimento, penso que isso não seja absolutamente impedimento. Bem haja, Sr. Presidente pelo trabalho que tem apresentado.

Queria aqui focar o segundo problema que é o seguinte: desde sempre algumas pessoas e essas pessoas também têm estado aqui representadas dentro desta Assembleia, apresentam um certo elitismo dos Aveirenses do centro da cidade e esse elitismo é bem marcante relativamente aos Aveirenses das freguesias limítrofes e das freguesias rurais. E a discussão que estamos a ter, de alguma forma reflecte isso mesmo, ou seja, há uma série de pessoas que pensa o seguinte: a cidade tem que ser preservada, nós não queremos carros na cidade, de maneira que aqueles que precisam de vir à cidade para resolver um problema para o qual têm que estar cá meia hora dentro da cidade o que é que fazem; estacionam na periferia, depois vêm no autocarro que não existe ou numa bicicleta, porque os lugares de estacionamento que existem são para nós termos os nossos carros estacionados à porta de casa, a ocupar os lugares que não deviam de estar ocupados, porque devia ter existido construção em que as casas tivessem elas próprias garagem e não têm. Eu gostaria, de por ridículo, de dizer, que quando as pessoas da cidade vão à minha freguesia, que é Aradas, comprar as alfaces, comprar as cebolas ou os tomates que cá na cidade não têm. Que os Membros da Freguesia dissessem; vocês estacionam ali ao pé do cemitério e agora, se querem ir comprar lá as

batatas, as cebolas ou os tomates, vocês vão a pé ou temos aqui umas bicicletas e vocês vão de bicicleta, com uma mochila às costas e vão às compras. Está claro que ninguém pensa nisso, porque o pensamento subjacente é o pensamento elitista de quem é do centro da cidade e de quem se julga, efectivamente, bastante superior aqueles que não nasceram no centro da cidade. E também conheço cidades (se calhar conheço a cidade, onde se anda mais de bicicleta, no mundo e posso dizer qual é essa cidade - é Pequim). E anda-se de bicicleta, porque as pessoas não têm dinheiro para comprar carros, esse é o problema. Por isso, Sr. Presidente, bem haja por pretender fazer estacionamento no centro da cidade, estacionamentos pagos, onde as pessoas possam utilizar temporariamente. Penso, no entanto que estes estacionamentos são pequenos e insuficientes, nomeadamente aquele que está projectado para a frente da Fábrica Jerónimo de Campos, vejam depois de esta zona ser construída e arranjada urbanisticamente, serão efectivamente muito pequenos e aquele que é para nascer na Praça Marquês de Pombal, é efectivamente muito pequeno. O meu sonho era que esse parque de estacionamento, fosse por três pisos e que acontece-se por baixo de todo aquele quarteirão que vai desde, a Marquês de Pombal, a Gustavo Pinto Basto e a Sousa Pizarro e a Avenida Central. Toda essa zona devia ter efectivamente um grande estacionamento subterrâneo, dois ou três pisos, ligação à Avenida Central e no seguimento daquilo que algumas pessoas já aqui disseram, nomeadamente o Gaspar Albino, prever já a construção para cima. Porque eu penso que mais tarde ou mais cedo, com o crescimento de Aveiro, nomeadamente a nível de estudantes, aquele será o lugar privilegiado para fazer aquilo que os espanhóis têm muito bem e que todas as pessoas gostam quando vão a Espanha, é de passar lá um bocado à noite, fazer uma praça maior naquela zona, uma zona que esteja enquadrada urbanisticamente com a Igreja das Carmelitas, retirar de lá outros equipamentos que neste momento já não servem para nada e fazer uma grande praça central, bonita, acolhedora, agradável, com esplanadas para dentro e uma vez que aquilo será prioritariamente ocupado por escritórios, portanto não haverá problemas com o ruído, uma vez que à noite esses locais estarão em princípio vagos. Era só isto, Sr. Presidente”.

Vogal António Salavessa:

“Eu de qualquer modo, como entendo que não tenho sido citado, mas que fui uma referência à chamada de atenção que fiz, queria dizer que não se trata de um regimento qualquer, trata-se de um regimento desta Assembleia, aprovado por esta Assembleia e nomeadamente, pelo Dr. Raúl Martins. E que constato repetidamente uma diferença significativa de atitude, entre alguns membros da bancada do Partido Socialista, quando têm este tipo de problemas. Porque no mandato anterior, frequentemente, por razões deste tipo, fizeram adiar votações ou impediram votações, agora têm toda a tendência em aligeirar, em simplificar, não é problema nenhum. Eu tenho o mesmo tipo de comportamento agora que tive no mandato anterior, não vejo nenhuma razão para alterar. É pena que alguns, só por estarem agora do lado da defesa do poder da maioria autárquica, se vejam obrigados a estas construções, a esta ginástica, a esta mudança de posição”.

Vogal Raúl Martins:

“Vejo-vos muito contentes. É a história do «le bon esprit, toujours ce rencontrer». É uma frase elitista, mas é uma frase que se aplica neste caso particular muito bem ao Sr. Salavessa e ao Dr. Jorge Nascimento, que estão contentes e felizes da vida. De facto, nunca tive jeito para contorcionista, nem físico, não dá, tentei mas não dá. Agora, se o Sr. Salavessa, considera que a ilegalidade é uma ilegalidade essencial e

como já tinha respondido a isto bem podia estar calado, a menos que esteja a fazer uma contorção e que esteja neste momento a dar o dito por não dito (o que também não é novidade).

Quanto ao aparte do Sr. Dr., já agora que foi dito bem alto e que toda a Assembleia falou do aparte do Sr. Dr., dos dez tostões. Sr. Dr., a mim ensinaram-me a cuidar dos dez tostões, que depois os contos de reis cuidavam deles próprios. E, o problema não eram os dez tostões, efectivamente no mandato anterior, os problemas eram os que estavam por detrás dos dez tostões e dos muitos dez tostões que houve de problemas nos mandatos anteriores. Aliás, parece que os problemas dos dez tostões, se aglomeraram para milhões de contos”.

Vogal Joaquim Abreu:

“Sr. Presidente, eu sou um simples Presidente de Junta de uma freguesia rural, vou-me meter por um caminho, talvez, do qual não possa sair bem, mas peço desculpa pela minha humildade (tenho que ser humilde nisto), mas eu estou um bocado confuso porque, autorizou-se para dentro da cidade grandes espaços comerciais. Já temos os Bancos, temos a Câmara, o Tribunal, os Mercados, o Centro Regional de Segurança Social, Repartições Públicas, Seguros, etc. Criam-se estacionamento subterrâneos para resolver o problema (certamente a pagar), aquele espaçozinho para a gente estacionar o carro, deixou de existir, cá na cidade. A medida acertada na minha maneira de ver, seria planear o futuro, mas descentralizando. As repartições públicas e os grandes espaços que chamam muita gente, deviam sair de dentro da cidade. Continuamos a criar mais um espaço comercial aqui no Côjo, temos que resolver agora o estacionamento (eu venho a Aveiro e apanho uma multa a torto e a direito), pois a pessoa da aldeia já não pode vir à cidade. E isto causa-me alguma perplexidade, é uma situação para a qual eu não vejo que exista um planeamento, com o objectivo de por exemplo, se alargar à cidade. Até porque a cidade de Aveiro, está numa zona de planície onde não é difícil alargar para Nascente ou para Sul. Estamos a centralizar, a fazer uma colmeia aqui na cidade, com os problemas de trânsito de automóveis e de movimentação de pessoas. Eu peço imensa desculpa, porque esta é uma ideia de uma pessoa que pouco sabe disto, mas que pensa desta maneira e tem o direito de pensar. É só isto que eu queria dizer, obrigado”.

Vogal Jorge Arroiteia:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostava para concluir, de apoiar algumas observações que foram aqui já feitas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Nuno Tavares quanto às condições de circulação em velocípede, nomeadamente pelo Sr. Deputado Raúl Martins quanto à necessidade da criação de espaços de convívio e já agora uma sugestão ao Sr. Presidente da Câmara, desde que esses espaços de convívio pudessem eventualmente ter repuxos e fontes luminosas, como acontece na Praça Central em Braga onde isso está a ser feito e penso que com algum sucesso. Em relação aos parques, permitam-me duas observações. A primeira tem haver com o Parque Marquês de Pombal, que nos parece uma medida oportuna, tendo em conta fundamentalmente, três aspectos. O primeiro já foi aqui anotado, a carência de lugares na parte central da alta, mas a falta desses mesmos lugares que possam ser utilizados e possam sobretudo incentivar a utilização dos equipamentos comerciais, aí existentes, certamente aí a instalar e eventualmente também dos serviços públicos que estão aí igualmente instalados.

Gostaria de recordar que já foi aqui notado, a importância e a aplicação do PROCOM e certamente o PROCOM a ser utilizado e a ser aplicado, vai possibilitar uma maior

movimentação e trânsito de peões nesta área. Em segundo lugar, a possibilidade de também se proceder a uma melhor utilização desta área da cidade, que não conflitue com o padrão de ocupação do solo o desenvolvimento das áreas pedonais e igualmente não venha a permitir agravar as condições de circulação existentes. E finalmente, em relação ao Parque da Marquês de Pombal, desde que este Parque se articule com outros parques a criar nomeadamente na periferia da cidade e se articule nomeadamente com o eixo de circulação urbana principal, representado pela Avenida Central. Pode acontecer que a Avenida Central, com todo o trânsito e tráfego que para aí está a ser desviado, venha a entupir dentro de algum tempo, tal como acontece com a Lourenço Peixinho. Última questão, tem haver com o Parque da Fábrica Jerónimo Pereira Campos e mais que uma observação genérica, é um pedido à Câmara por forma a que tendo em conta a ocupação e a construção que está a ser planeado para essa área, que efectivamente providencie para que os espaços destinados ao estacionamento de veículos, seja, nomeadamente no que diz respeito às caves dos edifícios, seja utilizada para esses fins e não seja desviada para fins que não são exactamente aqueles para os quais foram licenciados. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o Ponto n.º 7 - Concessão de Estacionamento Subterrâneo na Praça Marquês de Pombal e nos Terrenos Anexos à ex-Fábrica Jerónimo Pereira Campos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Declaração de voto do Vogal.

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor, abrindo mão de aspectos formais, na esperança de que no futuro esta situação melhor. Mas também com a convicção que se trata de acções pontuais, que mereciam ser integradas em estudos sobre a evolução do trânsito e da cidade a médio e longo prazo”.

PONTO N.º 8 - QUADRO DE PESSOAL - ALTERAÇÃO.

Presidente da Câmara:

“Bom, trazemos de facto à aprovação da Assembleia de uma alteração do quadro de pessoal, por várias razões. Desde logo, porque já não é mexido (este quadro), há sete anos. E isto faz com que o pessoal da Câmara esteja de facto numa situação anómala a vários títulos e desde logo a começar pelos parcos vencimentos que auferem. Entretanto, houve aqui circunstâncias e factores legais que nos obrigam a desencadear já uma alteração do quadro de pessoal e que nos impede (entre outros factores), de apresentar já também, como gostaríamos, a reestruturação global do quadro de pessoal. Ainda não o podemos fazer, por razões que têm haver com a reorganização dos serviços, mas não queremos deixar desde já, de dar um sinal importante aos serviços, de que consideramos muito o pessoal que se esforça por prestar um bom serviço público e que merece um gesto, que é um gesto que em termos de remuneração se traduz em muito pouco, na situação individual de cada um deles, mas não deixa de ser um gesto importante.

A proposta contempla as seguintes situações: por um lado é necessário criar catorze lugares, para trabalhadores que estão contratados a prazo há muito tempo e por força do Decreto-Lei 195/97, têm que ser integrados no quadro. Depois vinte lugares, para integrar os Auxiliares da Acção Educativa, uma vez que também por força da lei, o

Decreto-Lei 331/97 de 27 de Novembro, os estabelecimentos Pré-Escolar, passam a funcionar na directa dependência das autarquias. E finalmente, quarenta e um lugares, que se destinam a possibilitar que funcionários com o tempo e as qualificações necessárias, possam ser promovidos e estão neste momento impedidos de o serem, pelas limitações constantes do nosso quadro de pessoal, actual.

Isto tem como consequência orçamental o seguinte: se fossemos promover toda a gente com esta alteração que é pedida à Câmara, o encargo seria dois mil e oitenta e nove contos por mês, o que daria mais ou menos trinta mil contos por ano. Mas isto implicava, que conseguíssemos ter a capacidade para num ano abrir duzentos e treze concursos. Portanto, com isto, estamos a pedir uma autorização para o máximo, cientes que não vamos conseguir utilizá-la e portanto, este acréscimo de dois mil e oitenta e nove, é o máximo acréscimo possível por mês, se as pessoas forem sendo promovidas ao longo do ano. Depois temos encargos com lugares de ingresso, correspondentes a dois mil trezentos e vinte e seis contos, esta verba não conta, por assim dizer, porque é uma verba que já estamos a pagar, porque são os tais funcionários que já estão a trabalhar para a Câmara e que têm que ser integrados. Portanto, aqui não há nenhum acréscimo orçamental.

Extinguem-se lugares correspondentes a três milhões, cento e noventa e cinco escudos, trata-se de lugares que já não estão ocupados, só figuram no quadro da Câmara, mas que não são úteis, representavam uma ficção orçamental. O que quer dizer que o encargo realmente suportado, vai ser apenas, aquele que decorrer das promoções que são feitas à medida que os funcionários forem preenchendo as condições para tal.

Portanto, encargos com promoções: dois mil e oitenta e nove - permite-nos abrir duzentos e treze concursos, na possibilidade máxima.

Encargos com lugares de ingresso: são os que correspondem aos auxiliares da acção educativa - dois mil trezentos e vinte e seis.

Finalmente, aqueles que já não aparecem aqui, porque já estamos a suportar, são os contratados a prazo que têm que ser integrados por força da lei.

Portanto são estas as consequências financeiras, como digo na hipótese maximalista de nós promovermos toda a gente este ano e conseguirmos abrir os concursos todos. Em termos práticos isto reflecte-se em situações, que são pequenas coisas para cada funcionário, importantes na perspectiva da progressão da carreira de cada um”.

Vogal António Salavessa:

“Eu queria saber, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se esta Câmara, aplicando certamente os princípios de uma administração aberta e participada, se ouviu os trabalhadores da Câmara ou as estruturas que eventualmente os representam, nomeadamente estruturas sindicais, sobre esta alteração ao quadro e as conclusões ou respostas ou o parecer dessas estruturas?”.

Vogal Raúl Martins:

“É só neste sentido, uma recomendação que já tinha feito durante o anterior mandato mas que nunca foi cumprido, embora tivesse sido, aqui aprovado. Embora o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito que o ia fazer sempre, mas nunca o fez, é, sempre que haja abertura de concursos para lugares, seja publicitado devidamente, nomeadamente, junto dos membros da Assembleia Municipal”.

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente muito obrigado. Eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao pessoal que funciona nas eclusas, se de facto, as funções que se

exigem, a um funcionário daquele empreendimento, como seja o caso, no meu ponto de vista, a manutenção das eclusas, concretamente, verificação, retirada de pontos de ferrugem, pinturas, etc., se essas funções se enquadram dentro da categoria que é atribuída, nesta proposta de Fiscal de Higiene e Limpeza?”.

Vogal Manuel António Coimbra:

“Gostaria de dizer que um quadro de pessoal destes, é importante porque vai permitir o estímulo e eu penso que o estímulo nos funcionários é importante e por isso o Estímulo à subida de carreira. Pergunto, se isso poderá levar à elevação do nível cultural dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro? Se assim for, mais importante se torna e pela fundamentação da proposta parece que poderá ocorrer estímulo, a que os próprios funcionários, possam melhorar as suas habilitações culturais, para poderem progredir na carreira e por isso penso que um quadro de pessoal, que não seja estático e fechado como este parece que não é, acho muito importante para o Município de Aveiro. Gostaria de fazer só uma pergunta: quando se fala na possibilidade de abertura de concursos, aqui em vários lugares, esta possibilidade é uma certeza, não é? Por isso, vão ser abertos concursos, para os diferentes lugares. Fala-se aqui, em vários casos de possibilidades de abertura de concurso e queria saber se estas possibilidades de abertura de concurso, ou seja, se quando as vagas forem ocupadas na realidade, é por concurso?”.

Presidente da Câmara:

“Só um esclarecimento sobre as eclusas. Eu não sei se sabem, mas mais nenhuma Câmara do país (pela informação que nos foi dada), tem a categoria de pessoal de vigia às eclusas, é uma coisa recente no país e não existe. Portanto, infelizmente para eles, estão com categorias que não correspondem às funções que desempenham. Nós temos isso previsto no novo quadro da Câmara, penso mesmo que passará por uma alteração do regime geral da função pública, para que venha a prever mais essa categoria. Neste momento eles estão integrados, com coisas que são muito mais aproximadas, que vão desde Fiscais de Higiene e Limpeza. A situação está a ser revista e não é boa de facto”.

Vereador José Costa:

“Relativamente ao Sindicato, temos falado sobre as questões que se prendiam com esta proposta, com as questões dos horários e com as questões de formação profissional, é no fundo aquilo sobre o qual temos dialogado, nas diversas vezes que nos encontramos por mês.

Relativamente ao quadro da Câmara (não fiz uma estatística), mas penso que mais de cinquenta por cento das pessoas não têm categoria adequada às função que desempenham. Há aqui pessoas que estão a trabalhar nas áreas administrativas e têm a categoria de Electricista, Cantoneiros que são Porteiros, outros Cantoneiros que são Motoristas, etc. Portanto, por vezes é um pouco difícil pôr ordem nestas situações, sobretudo quando nós, queremos dar estímulos, de certa forma para que as pessoas sirvam melhor os munícipes. Agrava-se esta situação, quando por vezes pensamos que estamos a falar com uma pessoa que julgamos Oficial Administrativo e ele tem a categoria de Electricista. Perguntamos, porque é que isto acontece? Normalmente a resposta que nos dão, é que provavelmente no momento da contratação, sabe mudar umas lâmpadas e que era uma forma de ganhar mais. Atribuía-lhe uma categoria, ou seja, olhavam-no do lado direito (não de direito), viam quanto é que este tem que ganhar e sendo assim, é para ganhar tanto, iam ver qual era a categoria e davam-lhe

essa categoria. Relativamente às relações com o Delegado Sindical e penso que também é dirigente, que é um antigo trabalhador, existe uma relação próxima, ou seja, com os serviços fala todas as semanas, comigo não tanto, mas temos uma frequência onde trocamos alguns pontos de vista, relativamente a estes assuntos”.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o ponto n.º 8 Quadro de Pessoal - Alteração, verificando-se aprovação por unanimidade.

PONTO N.º 9 - PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO.

A) EXPLORAÇÃO DO MINI-MERCADO.

B) EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE.

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Como a Assembleia tem que explorar a concessão de exclusivos e da concessão de espaços públicos, trazemos a esta Assembleia um pedido de autorização para uma concessão a uma empresa, feita através concurso público. A empresa seleccionada, foi a empresa “Guia & Garcia”, pelo valor de 950 mil escudos, por três anos.

A segunda, é uma autorização para a exploração do Restaurante, para o qual foram apresentadas várias propostas. Tendo em conta a urgência na respectiva concessão, foi constituída uma Comissão, que deliberou por unanimidade, adjudicar à firma “Guia & Garcia”, pelo valor de dois milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos, dado ser a proposta mais vantajosa para o município, também por três anos.

Portanto, era esta a autorização que se pedia à Assembleia. (...) na sequência da conversa com o Sr. Vereador, que tem a responsabilidade do Parque de Campismo, eu reformulava a proposta. Se estivessem de acordo e com alguma indulgência em relação aos aspectos de procedimento, pedíamos que a autorização da concessão fosse mais ampla, não especificamente para estas empresas que acabei de citar, porque temos a informação, que uma delas pode vir a desistir e podemos ser obrigados a abrir novo concurso público. Pedia desde já a esta Assembleia, para que nos autorizasse a conceder a exploração do Restaurante e do Parque de Campismo, à empresa que viesse a ser escolhida na sequência do concurso público, se eventualmente isso for necessário”.

Vogal Custódio Ramos:

“Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados Municipais. Já no início deste mandato fiz um pedido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que não mais nos apresentasse aqui, textos deste género: «e a Câmara deliberou submeter a presente deliberação, à aprovação da Assembleia Municipal». Os trabalhos de hoje, estavam todos conclusivos dessa forma. Isso demonstra Sr. Presidente, que aquilo que o Sr. acaba de pedir, não é possível. Porque o que está formulado é, que esta Assembleia aprove aquilo que a Câmara aprovou; certo? Ou seja, o conselho que dei no início do mandato, tinha cabimento, eu quis alargar horizontes, a Câmara teima em fechá-los.

Há momentos, tive dúvidas relativamente a alguma questão de legalidade, etc., questões formais também, mas para que não me atribuam o epíteto de exagerado nas questões formais, eu preferi, calar, preferi inclusivamente, ouvir com algum esforço, alguns comentários justos de alguns Srs. Deputados, entre eles o Dr. Jorge Nascimento e do Sr. Salavessa, para de facto agora, vir aqui chamar a atenção mais uma vez, que esta Assembleia ou outra qualquer, um órgão deliberativo, não pode, Sr. Presidente,

aprovar deliberações da Câmara. Eu disse isto logo no início do mandato: - “esta Assembleia não aprova, deliberações da Câmara”. A Câmara aprova o que entender e nós damos autorizações, ou seja, a Câmara tinha que vir pedir alguma coisa. O que é que a Câmara pede? É que a Assembleia lhe aprove esta coisa. Pronto, nós aprovamos e fica circunscrito, amarrado, aquilo que nos propôs. O que eu lamento, mas só quis dar este testemunho e demonstrar que tinha razão e que não fui ouvido (o que tenho muita pena), porque afinal o leque fica afunilado, com desgosto da minha parte. Muito obrigado”.

Presidente da Câmara:

“Sr. Custódio Ramos, achamos que tem toda a pertinência as suas observações, de facto nós não podemos agora em plena Assembleia alterar o sentido da proposta que submetemos à Assembleia. Mantemos por isso, o pedido inicial de que a Assembleia ratifique e autorize a concessão à empresa, tal como ela foi feita (através de concurso público) e em relação ao futuro, logo se verá. Temos que vir cá na altura própria e muito obrigado pela sua intervenção”.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, não poderia ser de outra maneira, do que esta que a Câmara agora reconheceu. Nós só deliberamos sobre aquilo que nos é proposto, no futuro, se verá. Eu quero que fique bem claro na acta, que esta proposta não trazia os anos da concessão e me parecia exagerado o valor se fosse apenas para um ano, porque isso se iria repercutir nos próprios preços que se iriam praticar junto dos utentes do Parque. Fique claro que, foi aqui afirmado pela Câmara, que é por três anos e considere-se superada essa omissão da deliberação”.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o ponto n.º 9 - Parque Municipal de Campismo; a) Exploração do Mini-Mercado; b) Exploração do Restaurante, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, dando por concluída a Sessão Ordinária de Junho.

Eram 01:00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.